

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	21
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	22
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	23
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	24
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	25
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	27
10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	30
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	31
12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	31
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	32
14. ATIVOS DE CONTRATO.....	37
15. INVESTIMENTOS.....	42
16. IMOBILIZADO.....	56
17. INTANGÍVEIS.....	57
18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	61
19. FORNECEDORES.....	63
20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	64
21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	65
22. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	70
23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	70
24. PROVISÕES.....	72
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	81
26. RECEITA.....	82
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	88
28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	92
29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	94
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	98
31. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	113
32. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	117
33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	117
34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI.....	118
35. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	118
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	119
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	141
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR.....	150

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.661.596	1.680.397	897.665	422.647
Títulos e valores mobiliários	6	3.468.420	3.360.270	1.024.401	116.861
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	7	4.313.779	4.373.075	-	-
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	446.477	258.588	-	-
Ativos de contrato	14	540.876	737.110	-	-
Tributos compensáveis	8	1.987.881	1.850.057	249	1.341
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	375.554	597.610	-	-
Dividendos a receber	15	111.295	188.327	899.585	1.272.878
Contribuição de iluminação pública		197.132	179.401	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	12	85.846	88.349	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	30	160.784	522.579	-	-
Outros		544.122	362.326	12.106	9.616
TOTAL DO CIRCULANTE		14.893.762	14.198.089	2.834.006	1.823.343
Ativos classificados como mantidos para venda	32	-	1.258.111	-	1.258.111
TOTAL DO CIRCULANTE		14.893.762	15.456.200	2.834.006	3.081.454
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	868.059	764.793	254.025	26.127
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	7	107.234	160.969	-	-
Tributos compensáveis	8	2.704.563	3.442.071	497.650	497.386
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	302.510	346.523	234.230	279.856
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	2.464.775	2.452.860	695.077	690.895
Depósitos vinculados a litígios	11	1.111.042	1.055.797	308.153	304.676
Instrumentos financeiros derivativos	30b	1.188.952	2.426.351	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	10	13.366	11.614	13.366	11.614
Ativos financeiros e setoriais da concessão	13	4.468.750	3.798.734	-	-
Ativos de contrato	14	5.000.117	4.242.962	-	-
Investimentos	15	5.331.408	5.415.293	16.800.249	15.139.383
Imobilizado	16	2.392.881	2.407.143	1.017	1.192
Intangível	17	12.728.720	11.809.928	1.998	2.655
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	18a	188.345	212.074	1.894	2.058
Outros		74.770	79.768	32.088	25.187
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		38.945.492	38.626.880	18.839.747	16.981.029
TOTAL DO ATIVO		53.839.254	54.083.080	21.673.753	20.062.483

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
CIRCULANTE					
Fornecedores	19	2.381.696	2.358.320	1.684	2.045
Encargos regulatórios	22	600.418	445.807	-	4.624
Participação dos empregados e administradores no resultado		66.788	121.865	6.387	12.626
Impostos, taxas e contribuições	20	440.877	505.739	23.758	88.768
Imposto de renda e contribuição social	9b	143.198	140.058	-	3.634
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		748.284	1.448.846	745.947	1.446.945
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	1.409.378	2.059.315	50.706	49.953
Salários e contribuições sociais		239.834	212.755	10.329	10.713
Contribuição de iluminação pública		282.268	304.869	-	-
Obrigações pós-emprego	23	324.307	304.551	25.738	25.062
Passivo financeiro da concessão	13	138.808	231.322	-	-
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	1.590.108	448.019	-	-
Opções de venda SAAG	30b	549.513	536.155	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	30b	59.032	-	-	-
Operações de arrendamento mercantil	18b	35.863	47.799	265	241
Outras obrigações		536.925	524.795	3.641	5.249
TOTAL DO CIRCULANTE		9.547.297	9.690.215	868.455	1.649.860
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	22	159.566	291.189	4.624	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	11.909.610	12.961.243	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20	305.041	262.745	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	991.293	1.040.003	-	-
Provisões	24	1.884.702	1.892.437	227.257	222.385
Obrigações pós-emprego	23	6.569.887	6.538.496	728.545	713.718
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	20	2.233.992	3.569.837	-	-
Operações de arrendamento mercantil	18b	169.101	178.704	1.798	1.873
Outras obrigações		222.757	180.863	1.970	1.981
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		24.445.949	26.915.517	964.194	939.957
TOTAL DO PASSIVO		33.993.246	36.605.732	1.832.649	2.589.817
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25				
Capital social		8.466.810	7.593.763	8.466.810	7.593.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		9.187.558	10.060.605	9.187.558	10.060.605
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.438.406)	(2.431.423)	(2.438.406)	(2.431.423)
Lucros acumulados		2.375.421	-	2.375.421	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		19.841.104	17.472.666	19.841.104	17.472.666
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.904	4.682	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.846.008	17.477.348	19.841.104	17.472.666
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		53.839.254	54.083.080	21.673.753	20.062.483

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	26	14.464.723	11.542.101	158	6
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	27				
Energia elétrica comprada para revenda		(6.417.348)	(5.569.733)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.448.227)	(622.453)	-	-
Gás comprado para revenda		(868.042)	(543.303)	-	-
		(8.733.617)	(6.735.489)	-	-
OUTROS CUSTOS	27				
Pessoal e administradores		(521.230)	(520.779)	-	-
Materiais		(37.588)	(27.613)	-	-
Serviços de terceiros		(621.112)	(534.815)	-	-
Depreciação e amortização		(431.904)	(425.481)	-	-
Provisões operacionais		(39.714)	(69.843)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(785.561)	(683.676)	-	-
Outros		(54.378)	(45.542)	-	-
		(2.491.487)	(2.307.749)	-	-
CUSTO TOTAL		(11.225.104)	(9.043.238)	-	-
LUCRO BRUTO		3.239.619	2.498.863	158	6
DESPESAS OPERACIONAIS	27				
Despesas com Vendas		(42.168)	(215.100)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(258.674)	(263.090)	(25.251)	(28.556)
Despesas com Provisões Operacionais		(11.497)	(71.786)	(9.139)	(48.986)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas		(358.618)	(342.059)	(25.724)	(35.560)
		(670.957)	(892.035)	(60.114)	(113.102)
Revisão Tarifária Periódica, líquida		217.063	479.703	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido		909.601	-	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	108.550	-	108.550	-
Resultado de combinação de negócios	15d	-	51.736	-	51.736
Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda	32	-	(134.023)	-	(134.023)
Resultado de equivalência patrimonial	15	151.479	164.476	2.314.457	1.132.776
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		3.955.355	2.168.720	2.363.051	937.393
Receitas financeiras	28	667.312	2.152.813	3.838	15.393
Despesas financeiras	28	(1.454.004)	(2.914.876)	(2.802)	(2.272)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.168.663	1.406.657	2.364.087	950.514
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(865.266)	(394.319)	-	(19)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	65.593	1.179	4.182	62.565
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.368.990	1.013.517	2.368.269	1.013.060
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		2.368.269	1.013.060	2.368.269	1.013.060
Participação dos acionistas não-controladores		721	457	-	-
		2.368.990	1.013.517	2.368.269	1.013.060
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	1,40	0,60	1,40	0,60
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	1,40	0,60	1,40	0,60

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	26	7.353.982	5.500.117	75	1
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	27				
Energia elétrica comprada para revenda		(3.309.234)	(2.755.238)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(701.915)	(257.441)	-	-
Gás comprado para revenda		(480.517)	(231.378)	-	-
		<u>(4.491.666)</u>	<u>(3.244.057)</u>	-	-
OUTROS CUSTOS	27				
Pessoal e administradores		(299.020)	(288.140)	-	-
Materiais		(25.515)	(17.237)	-	-
Serviços de terceiros		(352.083)	(303.285)	-	-
Depreciação e amortização		(217.525)	(214.589)	-	-
Provisões operacionais		(44.696)	(33.121)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(437.186)	(373.405)	-	-
Outros		(29.496)	(42.516)	-	-
		<u>(1.405.521)</u>	<u>(1.272.293)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(5.897.187)	(4.516.350)	-	-
LUCRO BRUTO		1.456.795	983.767	75	1
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	27				
Despesas com Vendas		985	(115.360)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(53.409)	(71.110)	(5.322)	(14.254)
Despesas com Provisões Operacionais		(25.464)	(49.132)	1.061	(47.144)
Outras Despesas Operacionais, Líquidas		(184.090)	(165.188)	(14.733)	(16.743)
		<u>(261.978)</u>	<u>(400.790)</u>	<u>(18.994)</u>	<u>(78.141)</u>
Revisão Tarifária Periódica, líquida		211.247	479.703	-	-
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido		909.601	-	-	-
Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda	32	-	475.137	-	475.137
Resultado de equivalência patrimonial	15	32.792	82.534	2.040.945	815.270
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		2.348.457	1.620.351	2.022.026	1.212.267
Receitas financeiras	28	1.288.425	670.078	588	6.093
Despesas financeiras	28	(809.897)	(705.395)	(987)	(744)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.826.985	1.585.034	2.021.627	1.217.616
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(601.560)	(198.803)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	(278.786)	(304.581)	(75.390)	(136.154)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.946.639	1.081.650	1.946.237	1.081.462
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		1.946.237	1.081.462	1.946.237	1.081.462
Participação dos acionistas não-controladores		402	188	-	-
		<u>1.946.639</u>	<u>1.081.650</u>	<u>1.946.237</u>	<u>1.081.462</u>
Lucro básico e diluído por ação preferencial	25	1,15	0,64	1,15	0,64
Lucro básico e diluído por ação ordinária	25	1,15	0,64	1,15	0,64

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.368.990	1.013.517	2.368.269	1.013.060
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Outros resultados abrangentes	169	(702)	169	(702)
	169	(702)	169	(702)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.369.159	1.012.815	2.368.438	1.012.358
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.368.438	1.012.358	2.368.438	1.012.358
Participação dos acionistas não-controladores	721	457	-	-
	2.369.159	1.012.815	2.368.438	1.012.358

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.946.639	1.081.650	1.946.237	1.081.462
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.946.639	1.081.650	1.946.237	1.081.462
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	1.946.237	1.081.462	1.946.237	1.081.462
Participação dos acionistas não-controladores	402	188	-	-
	1.946.639	1.081.650	1.946.237	1.081.462

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.593.763	2.249.721	10.060.605	(2.431.423)	-	17.472.666	4.682	17.477.348
Aumento de capital	873.047	-	(873.047)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	2.368.269	2.368.269	721	2.368.990
Outros resultados abrangentes	-	-	-	169	-	169	-	169
Realização do custo atribuído	-	-	-	(7.152)	7.152	-	-	-
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(499)	(499)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	8.466.810	2.249.721	9.187.558	(2.438.406)	2.375.421	19.841.104	4.904	19.846.008

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	7.293.763	2.249.721	8.750.051	(2.406.920)	211.640	16.098.255	4.250	16.102.505
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.013.060	1.013.060	457	1.013.517
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(702)	-	(702)	-	(702)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(7.623)	7.623	-	-	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	877	-	(877)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(249)	(249)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 (reapresentado)	7.293.763	2.249.721	8.750.928	(2.415.245)	1.231.446	17.110.613	4.458	17.115.071

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		2.368.990	1.013.517	2.368.269	1.013.060
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9d	(65.593)	(1.179)	(4.182)	(62.565)
Depreciação e amortização	27	480.164	488.449	900	1.552
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	13, 14,16 e 17	19.615	16.819	-	157
Resultado da combinação de negócios	15d	-	(51.736)	-	(51.736)
Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda	32	-	134.023	-	134.023
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido		(909.601)	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato		(3.722)	(7.942)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	15	(151.479)	(164.476)	(2.314.457)	(1.132.776)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	13 e 14	(575.561)	(290.728)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP		(238.815)	(528.598)	-	-
Juros e variações monetárias		706.941	516.348	(2.807)	(18.491)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	21	(292.379)	2.162.364	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	26	(430.911)	-	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	(108.550)	-	(108.550)	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	21	12.606	7.101	55	104
Provisões operacionais e perdas estimadas	27c	93.379	356.729	9.139	48.986
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	30	612.765	(1.800.960)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	13	(792.651)	(81.652)	-	-
Obrigações pós-emprego	23	250.119	245.476	25.996	25.055
Outros		12.294	45.211	-	1.531
		987.611	2.058.766	(25.637)	(41.100)
Aumento (redução) de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		70.863	139.744	-	194
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	13	15.121	62.771	-	-
Tributos compensáveis		(23.863)	18.144	2.889	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		22.399	84.987	92.502	34.265
Depósitos vinculados a litígios		(48.301)	1.424.416	(2.894)	15.633
Dividendos recebidos	15	324.677	169.064	991.336	63.788
Ativos de contrato e financeiros da concessão	13 e 14	439.273	340.341	-	-
Outros		(170.371)	85.197	(10.017)	6.987
		629.798	2.324.664	1.073.816	120.867
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		23.376	(134.442)	(361)	(919)
Impostos, taxas e contribuições		625.358	268.294	(64.997)	(86.002)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		868.406	325.781	-	19
Salários e contribuições sociais		27.079	34.029	(384)	306
Encargos regulatórios		22.988	59.626	-	-
Obrigações pós-emprego	23	(198.972)	(129.584)	(10.493)	(7.469)
Outros		(58.057)	49.995	(12.125)	(7.016)
		1.310.178	473.699	(88.360)	(101.081)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais					
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures pagos	21	(638.160)	(616.033)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(1.030)	(1.049)	(5)	(20)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(254.006)	(210.325)	(814)	-
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap), pagos		888.642	177.086	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.923.033	4.206.808	959.000	(21.334)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		(211.416)	(1.985.217)	(1.135.438)	70.842
Fundos vinculados		(11.342)	(3.413)	(63)	50
Em investimentos	15				
Aquisição de participação societária e aporte em investidas	15	(14.711)	(44.850)	(13.979)	(54.085)
Alienação de participação societária, líquido dos custos	32	1.366.661	-	1.366.661	-
Caixa oriundo de combinação de negócios		-	27.110	-	-
Mútuos com partes relacionadas		-	(26.500)	-	(26.500)
Em imobilizado	16	(71.924)	(63.225)	-	-
Em intangível	17	(16.461)	(13.514)	(30)	(2)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás		(714.542)	(574.678)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		326.265	(2.684.287)	217.151	(9.695)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(700.998)	(147)	(700.998)	(147)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	(1.533.724)	(1.042.496)	-	-
Arrendamentos pagos	18	(33.377)	(44.321)	(135)	(902)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.268.099)	(1.086.964)	(701.133)	(1.049)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		981.199	435.557	475.018	(32.078)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	1.680.397	535.757	422.647	64.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	2.661.596	971.314	897.665	32.278

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2021		Jan a Jun/2020 (reapresentado)		Jan a Jun/2021		Jan a Jun/2020 (reapresentado)	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	19.445.487		16.262.318		200		9	
Receita de construção de distribuição	738.437		609.632		-		-	
Receita de construção de transmissão	62.133		104.056		-		-	
Remuneração financeira do ativo de contrato de transmissão	297.122		115.252		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	243.404		146.412		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	20.026		(955)		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	238.815		528.598		-		-	
Investimento em imobilizado	41.232		29.645		-		-	
Outras receitas	4.652		-		-		-	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(31.168)		(215.100)		-		-	
	21.060.140		17.579.858		200		9	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(6.078.905)		(6.075.166)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.608.849)		(696.504)		-		-	
Serviços de terceiros	(1.038.103)		(866.067)		(11.660)		(15.793)	
Gás comprado para revenda	(1.102.276)		(689.909)		-		-	
Materiais	(456.338)		(376.456)		(35)		(100)	
Outros custos operacionais	(110.466)		(433.423)		96.874		(187.243)	
	(10.394.937)		(9.137.525)		85.179		(203.136)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	10.665.203		8.442.333		85.379		(203.127)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(480.164)		(488.449)		(900)		(1.552)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	10.185.039		7.953.884		84.479		(204.679)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	151.479		164.476		2.314.457		1.132.776	
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	909.601		-		-		-	
Resultado com combinação de negócios	-		51.736		-		51.736	
Receitas financeiras	667.312		2.152.813		3.838		15.393	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.913.431		10.322.909		2.402.774		995.226	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	864.806	7,26	868.004	8,41	28.806	1,20	38.942	3,91
Remuneração direta	501.211	4,20	484.927	4,70	1.509	0,06	10.713	1,08
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	296.757	2,49	294.249	2,85	26.241	1,10	25.499	2,56
FGTS	31.600	0,27	29.978	0,29	1.056	0,04	813	0,08
Programa de desligamento voluntário	35.238	0,30	58.850	0,57	-	-	1.917	0,19
Impostos, taxas e contribuições	6.388.922	53,63	5.497.305	53,25	2.891	0,12	(59.498)	(5,98)
Federais	3.195.794	26,83	2.559.846	24,80	(883)	(0,04)	(60.227)	(6,06)
Estaduais	3.179.447	26,69	2.929.098	28,37	702	0,03	364	0,04
Municipais	13.681	0,11	8.361	0,08	3.072	0,13	365	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	1.470.014	12,34	2.944.083	28,52	2.808	0,12	2.722	0,28
Juros	1.465.231	12,30	2.936.259	28,44	2.802	0,12	2.272	0,23
Aluguéis	4.783	0,04	7.824	0,08	6	-	450	0,05
Remuneração de capitais próprios	3.189.689	26,77	1.013.517	9,82	2.368.269	98,56	1.013.060	101,80
Lucros retidos	3.188.968	26,76	1.013.060	9,82	2.368.269	98,56	1.013.060	101,80
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	721	0,01	457	-	-	-	-	-
	11.913.431	100,00	10.322.909	100,00	2.402.774	100,00	995.226	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos e parcelamentos de valores arrecadados para clientes específicos, nos termos dos programas lançados pela Companhia durante o ano de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, em 20 de abril de 2021, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores inadimplentes atendidos em “Baixa Tensão” da classe comercial, em até 12 vezes sem juros, incluindo a isenção da atualização financeira ainda não lançada em fatura, vigente por 45 dias, visando à manutenção do fluxo de pagamento de pequenos comércios e o setor de serviços, garantindo sua sustentabilidade e contribuindo para sua sobrevivência no período mais crítico da Pandemia.
- Adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, a fim de colaborar de forma efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, com o apoio de forma direta a 425 municípios. A participação da Companhia se deu através da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, no valor de R\$2.783, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

A Administração da Companhia continua comprometida com o reforço de sua resiliência nos negócios e deliberou sobre uma série de medidas para preservação e aumento de sua liquidez, dentre as quais se destacam:

- Posição de caixa sólida para fazer frente aos compromissos assumidos e enfrentar as incertezas econômicas do cenário atual;
- Redução contínua do endividamento líquido;
- Fortalecimento do programa de investimento da Cemig D;
- Otimização da alocação de capital.

Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

Em função da retração da atividade industrial e comercial, nos primeiros trimestres de 2020, houve maior impacto da pandemia no negócio de comercialização de energia, com a utilização da flexibilidade nos contratos pelos nossos grandes clientes, o que afetou o resultado nesse negócio. Esses impactos foram temporários e já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis próximos dos previstos. Adicionalmente, alguns fatores indicam perspectivas favoráveis para a economia em 2021, como a recuperação parcial da confiança dos agentes econômicos, as medidas de preservação do emprego e da renda e o prognóstico de avanço da campanha de vacinação.

Em 30 de junho de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, cujos principais impactos estão descritos a seguir:

- A controlada Cemig GT avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, e as liquidações semestrais do “swap” não foram suficientes para compensar integralmente a exposição à variação cambial do principal da dívida, gerando uma despesa financeira líquida de R\$321 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que, caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia. Adicionalmente, a Cemig GT iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição ao dólar. Em 19 de julho de 2021, foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Cemig GT (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$500 milhões. Em 30 de julho de 2021, foram recebidas ofertas de titulares de Notes representando o montante total de US\$774 milhões, tendo sido aceitas, em base pro rata, até o montante máximo de US\$500 milhões. A data da liquidação ocorreu em 05 de agosto de 2021. No contexto da implantação do “Cash tender”, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774 milhões. Para mais informações, ver nota explicativa nº 30 (b);

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que a Resolução Aneel nº 928 estendeu a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de determinados consumidores;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 30;
- No que se refere ao mercado de energia elétrica, a energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras, com acesso às redes da Cemig D, apresentou aumento de 7,4% no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social. Esse resultado é a composição de um crescimento de 1,7% no consumo do mercado cativo e de 14,6% no uso da rede pelos clientes livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 16 de agosto de 2021.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2020	30/06/2021	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	31	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Reembolso de Subsídios Tarifários
14	13	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
15	14	Ativos de Contrato
16	15	Investimentos
17	16	Imobilizado
18	17	Intangível
19	18	Operação de arrendamento mercantil
20	19	Fornecedores
21	20	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
22	21	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
23	22	Encargos Regulatórios
24	23	Obrigações Pós-Emprego
25	24	Provisões
26	25	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
27	26	Receita
28	27	Custos e Despesas Operacionais
29	28	Receitas e Despesas Financeiras
30	29	Transações com Partes Relacionadas
31	30	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
32	32	Ativos e Passivos Classificados como Mantidos para Venda e Resultado de Operações Descontinuadas
35	33	Transações não Envolvendo Caixa
-	34	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI
36	35	Eventos Subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
33	Seguros
34	Obrigações Contratuais

2.3 Aplicação retrospectiva de política contábil e reclassificação de itens nas informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Nesse processo de revisão tarifária, foram considerados os resultados e critérios definidos pelo Órgão Regulador na formulação da regulação a ser aplicada para os ativos da rede básica. Entre eles, foi determinada a sujeição da integralidade dos valores da RBSE a mecanismos de medição de eficiência operacional, retirando o seu caráter indenizatório, o que esclareceu certos elementos adicionais para determinação da política contábil, ainda incertos em 2018, época em que a RTP deveria ter ocorrido e em que a Companhia realizou a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15. Assim, a Companhia decidiu pela aplicação retrospectiva dos seguintes pontos, em consonância com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020, contendo os procedimentos a serem adotados pelas empresas do setor de transmissão de energia no Brasil: (i) classificação como ativo de contrato dos ativos da RBSE, relativos à renovação da concessão amparada na Lei 12.783/14, (ii) alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão, (iii) determinação da taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

Dessa forma, a Companhia utilizou-se do método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, nos termos dos itens 14 e 22 do CPC 23/IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, assim como nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2020, conforme apresentado a seguir.

Os ajustes realizados nas informações contábeis intermediárias reapresentadas em decorrência da mudança na política contábil foram relacionados a:

- Alocação de margem de lucratividade à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, com base na abordagem do custo esperado mais margem;
- Uniformização do parâmetro para definição da taxa implícita utilizada no cálculo do componente financeiro do contrato;
- Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para ativo de contrato, haja vista a inclusão da contraprestação associada a esses ativos à base de remuneração regulatória, sujeitando-os aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção.
- Efeitos tributários correntes e diferidos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos.

Os principais efeitos nas informações contábeis intermediárias reapresentadas para efeito comparativo em função da mudança de política contábil são demonstrados a seguir:

Demonstração do resultado	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020			Jan a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA (1)	11.993.629	(451.528)	11.542.101	6	-	6
CUSTO TOTAL	(9.043.238)	-	(9.043.238)	-	-	-
LUCRO BRUTO	2.950.391	(451.528)	2.498.863	6	-	6
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(903.813)	11.778	(892.035)	(113.102)	-	(113.102)
Revisão Tarifária Periódica, líquida (3)	-	479.703	479.703	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	164.476	-	164.476	1.106.407	26.369	1.132.776
Resultado de combinação de negócios	51.736	-	51.736	51.736	-	51.736
Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda	(134.023)	-	(134.023)	(134.023)	-	(134.023)
Resultado financeiro	(762.063)	-	(762.063)	13.121	-	13.121
Resultado antes dos impostos	1.366.704	39.953	1.406.657	924.145	26.369	950.514
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(394.319)	-	(394.319)	(19)	-	(19)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (4)	14.763	(13.584)	1.179	62.565	-	62.565
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	987.148	26.369	1.013.517	986.691	26.369	1.013.060
Total do lucro líquido do período atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores						
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores	986.691	26.369	1.013.060	986.691	26.369	1.013.060
Participação dos acionistas não-controladores						
Lucro líquido do período	457	-	457	-	-	-
Lucro líquido do período	987.148	26.369	1.013.517	986.691	26.369	1.013.060
Lucro básico e diluído por ação preferencial (5)	0,68	(0,04)	0,64	0,68	(0,04)	0,64
Lucro básico e diluído por ação ordinária (5)	0,68	(0,04)	0,64	0,68	(0,04)	0,64

Demonstração do resultado	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun/2020			Abr a Jun/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA (1)	5.934.414	(434.297)	5.500.117	1	-	1
CUSTO TOTAL	(4.516.350)	-	(4.516.350)	-	-	-
LUCRO BRUTO	1.418.064	(434.297)	983.767	1	-	1
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(412.438)	11.648	(400.790)	(78.141)		(78.141)
Revisão Tarifária Periódica, líquida (3)	-	479.703	479.703	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	82.534	-	82.534	777.614	37.656	815.270
Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda	475.137	-	475.137	475.137	-	475.137
Resultado financeiro	(35.317)	-	(35.317)	5.349	-	5.349
Resultado antes dos impostos	1.527.980	57.054	1.585.034	1.179.960	37.656	1.217.616
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(198.803)	-	(198.803)	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (4)	(285.183)	(19.398)	(304.581)	(136.154)	-	(136.154)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.043.994	37.656	1.081.650	1.043.806	37.656	1.081.462
Total do lucro líquido do período atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores						
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores	1.043.806	37.656	1.081.462	1.043.806	37.656	1.081.462
Participação dos acionistas não-controladores						
Lucro líquido do período	188	-	188	-	-	-
Lucro líquido do período	1.043.994	37.656	1.081.650	1.043.806	37.656	1.081.462
Lucro básico e diluído por ação preferencial (5)	0,72	(0,08)	0,64	0,72	(0,08)	0,64
Lucro básico e diluído por ação ordinária (5)	0,72	(0,08)	0,64	0,72	(0,08)	0,64

- Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica, que havia sido considerado em receita operacional no 2º trimestre de 2020.
- Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- O resultado da revisão tarifária periódica foi classificado em outras receitas operacionais, para não impactar a margem líquida do período.
- Refere-se aos tributos diferidos sobre os ajustes realizados.
- O lucro básico e diluído por ação, relativo ao período findo em 30 de junho de 2020, também foi ajustado retrospectivamente para refletir o aumento de capital ocorrido em 2020 e em 2021, conforme nota explicativa 25.

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Jan a Jun/2020 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	987.148	26.369	1.013.517	986.691	26.369	1.013.060
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES						
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes	(702)	-	(702)	(702)	-	(702)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	986.446	26.369	1.012.815	985.989	26.369	1.012.358
Total do resultado abrangente atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	985.989	26.369	1.012.358	985.989	26.369	1.012.358
Participação dos acionistas não-controladores	457	-	457	-	-	-
Total do resultado abrangente atribuído a:	986.446	26.369	1.012.815	985.989	26.369	1.012.358

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun/2020 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	Abr a Jun/2020 (Reapresentado)	Abr a Jun/2020 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	Abr a Jun/2020 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.043.994	37.656	1.081.650	1.043.806	37.656	1.081.462
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.043.994	37.656	1.081.650	1.043.806	37.656	1.081.462
Total do resultado abrangente atribuído a:						
Participação dos acionistas controladores	1.043.806	37.656	1.081.462	1.043.806	37.656	1.081.462
Participação dos acionistas não-controladores	188	-	188	-	-	-
Total do resultado abrangente atribuído a:	1.043.994	37.656	1.081.650	1.043.806	37.656	1.081.462

Demonstração do fluxo de caixa - Consolidado	Jan a Jun/2020 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período (1)	987.148	26.369	1.013.517
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Impostos de renda e contribuição social diferidos (2)	(14.763)	13.584	(1.179)
Provisão para redução no valor recuperável de ativo de contrato e baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível (3)	20.655	(11.778)	8.877
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão (4)	(227.404)	(63.324)	(290.728)
Ajustes decorrentes da revisão periódica da RAP	(429.840)	(98.758)	(528.598)
PIS/Pasep e Cofins diferidos sobre receitas de transmissão (6)	-	43.680	43.680
Outros	1.813.197	-	1.813.197
TOTAL	2.148.993	(90.227)	2.058.766
Aumento de ativos			
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato (5)	250.114	90.227	340.341
Outros	1.984.323	-	1.984.323
TOTAL	2.234.437	90.227	2.324.664
Aumento (redução) de passivos	473.699	-	473.699
Caixa gerado pelas atividades operacionais	4.857.129	-	4.857.129

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no resultado para o período findo em 30 de junho de 2020.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados.
- (3) Outros ajustes imateriais referentes a provisões para perdas e transferências.
- (4) Ajuste da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (5) Ajuste sobre os recebimentos vinculados ao ativo de contrato, tendo em vista a realocação da contraprestação à obrigação de performance de construção.
- (6) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos, incluindo o diferimento destes tributos.

Demonstração do fluxo de caixa	Controladora		
	Jan a Jun/2020 (Anteriormente divulgado)	Ajustes	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período (1)	986.691	26.369	1.013.060
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Resultado de equivalência patrimonial (2)	(1.106.407)	(26.369)	(1.132.776)
Outros	78.616	-	78.616
TOTAL	(41.100)	-	(41.100)

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no lucro líquido para o período findo em 30 de junho de 2020.
- (2) Ajuste da equivalência patrimonial da Cemig GT, em razão da aplicação retrospectiva de política contábil.

Demonstração do valor adicionado	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2020 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Jan a Jun/2020 (Anteriormente apresentado)	Ajustes	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
RECEITAS (1)	17.508.003	71.855	17.579.858	9	-	9
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (2)	(9.149.303)	11.778	(9.137.525)	(203.136)	-	(203.136)
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.358.700	83.633	8.442.333	(203.127)	-	(203.127)
RETENÇÕES	(488.449)	-	(488.449)	(1.552)	-	(1.552)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	7.870.251	83.633	7.953.884	(204.679)	-	(204.679)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.369.025	-	2.369.025	1.173.536	26.369	1.199.905
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	10.239.276	83.633	10.322.909	968.857	26.369	995.226
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Empregados	868.004	-	868.004	38.942	-	38.942
Impostos, taxas e contribuições (3)	5.440.041	57.264	5.497.305	(59.498)	-	(59.498)
Remuneração de capitais de terceiros	2.944.083	-	2.944.083	2.722	-	2.722
Remuneração de capitais próprios	987.148	26.369	1.013.517	986.691	26.369	1.013.060
	10.239.276	83.633	10.322.909	968.857	26.369	995.226

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre as receitas reconhecidas e ajustes no resultado (PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL).

Foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes sobre os ajustes realizados.

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2020. Todos os efeitos da reapresentação impactaram somente o segmento de transmissão, apresentados na nota explicativa nº 31.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Sociedades Controladas	30/06/2021			30/06/2020		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga) (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Sim	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cetroeste	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-

- (1) Em 19 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia a incorporação desta subsidiária integral, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da investida e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (8)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (7)			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (7)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Cemig GT protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, qualquer decisão efetiva somente ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel das condições para a prorrogação, que deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Cemig GT pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Cemig GT.
- Referem-se a contratos de concessão que estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47.
- A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Contas bancárias	50.813	93.060	4.227	4.577
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	1.303.253	1.415.964	507.442	412.136
Overnight (2)	1.305.286	171.373	385.996	5.934
Outros	2.244	-	-	-
	2.610.783	1.587.337	893.438	418.070
	2.661.596	1.680.397	897.665	422.647

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP que variam entre 70% a 109% em 30 de junho de 2021 (50% a 108% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,14% em em 30 de junho de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 30.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	129.459	545.366	38.283	18.884
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	1.947.220	2.073.551	575.828	71.799
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	1.379.682	730.806	407.997	25.305
Outros	12.059	10.547	2.293	873
	3.468.420	3.360.270	1.024.401	116.861
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	834.101	729.767	246.658	25.269
Debêntures (4)	24.913	24.789	7.367	858
Outros	9.045	10.237	-	-
	868.059	764.793	254.025	26.127
	4.336.479	4.125.063	1.278.426	142.988

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 111,04% a 115,97% em 30 de junho de 2021 conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 103,10% a 136,14% do CDI em 30 de junho de 2021 (99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que variam entre 4,07% a 4,50% a.a. em 30 de junho de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% a 109% do CDI em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 29 e 30.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					30/06/2021	31/12/2020
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias			
Fornecimento de energia faturado	1.716.314	637.788	429.284	538.767		3.322.153	3.124.555
Fornecimento de energia não faturado	1.115.950	-	-	-		1.115.950	1.144.906
Suprimento a outras concessionárias	20.021	27.793	1.037	903		49.754	50.086
Suprimento a outras concessionárias não faturado	185.404	-	-	-		185.404	260.521
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	22.956	-	37.442	-		60.398	210.271
Concessionários – transporte de energia faturado	47.339	11.630	26.400	88.227		173.596	161.340
Concessionários – transporte de energia não faturado	293.752	-	-	-		293.752	294.734
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(237.734)	(18.015)	(16.022)	(508.223)		(779.994)	(712.369)
	3.164.002	659.196	478.141	119.674		4.421.013	4.534.044
Ativo Circulante						4.313.779	4.373.075
Ativo não Circulante						107.234	160.969

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 30.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/06/2021	31/12/2020
Residencial	115.506	110.149
Industrial	203.511	187.927
Comércio, serviços e outras	205.065	189.769
Rural	30.356	30.355
Poder público	106.529	82.715
Iluminação pública	2.708	2.434
Serviço público	35.697	34.803
Encargos de uso de rede – TUSD	80.622	74.217
	779.994	712.369

Considerando que os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência da Companhia e o aparecimento de novas condicionantes, como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, considerando a evolução observada em 2020 e primeiro semestre de 2021, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível, no momento, para a provisão para PECLD, para o período findo em 30 de junho de 2021.

Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D passíveis de compensação são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de junho de 2021 foram compensadas 3 (três) do total de 21 (vinte e uma) parcelas no valor de R\$10.584 cada. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	712.369
Constituições líquidas (nota 27 e)	42.168
Reversão de baixas	25.457
Saldos em 30 de junho de 2021	779.994

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante				
ICMS a recuperar	99.738	97.272	-	-
PIS/Pasep (a) (b)	334.788	310.927	24	219
Cofins (a) (b)	1.536.394	1.425.796	121	1.018
Outros	16.961	16.062	104	104
	1.987.881	1.850.057	249	1.341
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	279.605	257.160	-	-
PIS/Pasep (a)	453.177	588.257	109.327	108.878
Cofins (a)	1.971.781	2.594.428	388.323	386.713
Outros	-	2.226	-	1.795
	2.704.563	3.442.071	497.650	497.386
	4.692.444	5.292.128	497.899	498.727

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito de excluírem o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, a compensação foi priorizada, com o objetivo de acelerar a recuperação dos créditos em questão. Em relação à Companhia, será priorizado o recebimento dos créditos por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais de PIS/Pasep e Cofins que permitam a compensação.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Cemig D e GT em 2019 e as controladas iniciaram a compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, cuja produção tenha se dado após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos pela Cemig D deve ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização .

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do trimestre, na ausência do trânsito em julgado.

Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 20.

A Companhia possui registrado o montante de R\$1.860.738 no ativo circulante e R\$2.421.903 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela SELIC até a data da sua efetiva compensação.

Até o segundo trimestre de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$875.964 (R\$1.274.636 no exercício de 2020).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda	521.569	697.923	200.134	245.996
Contribuição social	156.495	246.210	34.096	33.860
	678.064	944.133	234.230	279.856
Circulante	375.554	597.610	-	-
Não circulante	302.510	346.523	234.230	279.856

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Imposto de renda	108.548	108.262
Contribuição social	34.650	31.796
	143.198	140.058

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	599.452	400.758	472.961	114.666
Provisões para contingências	540.532	537.661	67.764	66.362
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	308.023	639.739	1.495	382.904
Provisão PUT SAAG	186.834	182.293	-	-
Obrigações pós-emprego	2.199.694	2.167.566	249.267	243.280
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	283.676	256.130	8.477	7.578
Outros	52.613	138.599	1.666	4.055
Total	4.170.824	4.322.746	801.630	818.845
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo atribuído na adoção das IFRS	(222.042)	(224.610)	-	-
Valor justo de participações societárias	(457.601)	(486.335)	(105.304)	(126.934)
Encargos financeiros capitalizados	(168.684)	(168.909)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(244.686)	(242.424)	-	-
Atualização ativo de contrato	(842.667)	(768.126)	-	-
Ajuste a valor justo swap – Perda	(438.839)	(1.002.636)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(6.304)	(6.129)	-	-
Ressarcimento de custos - GSF	(299.957)	-	-	-
Outros	(16.562)	(10.720)	(1.249)	(1.016)
Total	(2.697.342)	(2.909.889)	(106.553)	(127.950)
Total Líquido	1.473.482	1.412.857	695.077	690.895
Total do Ativo	2.464.775	2.452.860	695.077	690.895
Total do Passivo	(991.293)	(1.040.003)	-	-

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.412.857	690.895
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	65.593	4.182
Outros	(4.968)	-
Saldo em 30 de junho de 2021	1.473.482	695.077

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.168.663	1.406.657	2.364.087	950.514
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal	(1.077.345)	(478.263)	(803.790)	(323.174)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	42.615	48.863	675.944	399.892
Incentivo fiscal	31.296	17.754	-	-
Diferença entre lucro presumido e lucro real	91.635	45.484	-	-
Multas indedutíveis	(10.608)	(12.145)	(254)	(282)
Resultado com alienação da Light	133.663	-	133.663	-
PECLD com partes relacionadas	-	(12.703)	-	(12.703)
Outros	(10.929)	(2.130)	(1.381)	(1.187)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(799.673)	(393.140)	4.182	62.546
Imposto de renda e contribuição social corrente	(865.266)	(394.319)	-	(19)
Imposto de renda e contribuição social diferido	65.593	1.179	4.182	62.565
	(799.673)	(393.140)	4.182	62.546
Alíquota efetiva	(25,24)%	(27,95)%	0,18%	6,58%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.826.985	1.585.034	2.021.627	1.217.616
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal	(961.174)	(538.911)	(687.354)	(413.989)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	3.859	22.274	611.580	290.813
Incentivo fiscal	21.952	8.896	-	-
Diferença entre lucro presumido e lucro real	63.222	23.927	-	-
Multas indedutíveis	(6.893)	(5.151)	(269)	(13)
PECLD com partes relacionadas	-	(12.703)	-	(12.703)
Outros	(1.312)	(1.716)	653	(262)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(880.346)	(503.384)	(75.390)	(136.154)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(601.560)	(198.803)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(278.786)	(304.581)	(75.390)	(136.154)
	(880.346)	(503.384)	(75.390)	(136.154)
Alíquota efetiva	(31,14)%	(31,76)%	(3,73)%	(11,18)%

10. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Entretanto, o Governo do Estado de Minas Gerais questiona a celebração do TARD, celebrado em gestão anterior, por entender que foi firmado sem observância dos requisitos legais para validade dos atos administrativos e notificou a Cemig para que restitua as duas parcelas quitadas anteriormente, assim como os valores dos dividendos retidos, no montante de R\$299.005.

De forma a resolver a questão através de solução negociada de impasses, foi submetida a controvérsia acerca do TARD à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC do Estado de Minas Gerais, e atualmente está na fase inicial de análise da matéria.

Em 30 de junho de 2021, o saldo a receber reconhecido no ativo não circulante é de R\$13.366 (R\$11.614 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à CPRAC para a baixa definitiva do saldo remanescente mencionado do Contas a Receber.

No que se refere a discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, em caso de insucesso na busca de solução através da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito, a Administração avaliou a probabilidade de perda como possível.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhista	266.079	277.980	30.400	29.859
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	29.179	29.045	293	290
PIS/Pasep e Cofins (1)	66.998	66.452	-	-
ITCD	54.875	54.497	53.920	53.547
IPU	84.660	84.248	61.272	60.872
FINSOCIAL	40.468	40.349	40.468	40.349
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	287.006	285.836	13.743	13.727
IRRF sobre lucro inflacionário	8.676	8.652	8.676	8.652
IRPJ/CSLL (3)	76.155	18.062	-	-
Outros (4)	99.002	97.508	66.878	67.050
	747.019	684.649	245.250	244.487
Outros				
Regulatório	51.786	51.605	19.834	19.690
Responsabilidade civil	9.089	9.105	3.414	3.469
Relações de consumo	7.760	7.595	1.241	1.214
Bloqueio judicial	16.956	12.881	4.682	2.583
Outros	12.353	11.982	3.332	3.374
	97.944	93.168	32.503	30.330
	1.111.042	1.055.797	308.153	304.676

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

12. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de junho de 2021, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$494.424 (R\$1.056.810 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$85.846, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$81.981 (R\$82.616 em 31 de dezembro de 2020) pela Cemig D e R\$3.865 (R\$5.733 em 31 de dezembro de 2020) pela Cemig GT.

13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	30/06/2021	31/12/2020
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (13.1)	582.655	530.058
Concessão de distribuição de gás (13.1)	33.584	29.183
Indenizações a receber – geração (13.2)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (13.3)	2.658.162	2.549.198
	4.090.603	3.924.641
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (13.4)	824.624	132.681
Total	4.915.227	4.057.322
Ativo circulante	446.477	258.588
Ativo não circulante	4.468.750	3.798.734

Consolidado	30/06/2021	31/12/2020
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (13.4)	138.808	231.322
Total	138.808	231.322
Passivo circulante	138.808	231.322

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Geração	Distribuição de energia	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.365.400	530.058	29.183	3.924.641
Transferências do ativo de contrato	-	32.743	15	32.758
Atualização financeira	243.404	20.026	4.386	267.816
Baixas	-	(172)	-	(172)
Recebimentos	(134.440)	-	-	(134.440)
Saldos em 30 de junho 2021	3.474.364	582.655	33.584	4.090.603

13.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

13.2 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2021, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, que resultou na publicação, em 13 de julho de 2021, da Resolução Normativa nº 942, pela Aneel.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias devem manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo esta manifestação aprovada pela Diretoria da Cemig GT em 03 de agosto de 2021.

O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

13.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	133.257	(72.235)	1.508.232
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	41.962	(22.780)	473.438
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	17.137	(9.685)	177.912
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	12.787	(7.210)	133.391
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	17.574	(10.144)	174.636
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	12.883	(7.703)	118.987
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	68.445	7.804	(4.683)	71.566
Total		2.549.198	243.404	(134.440)	2.658.162

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

13.4 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são remuneradas pela taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2021			31/12/2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	2.099.388	1.342.517	3.441.905	83.984	1.561.906	1.645.890
Ativo circulante	2.099.388	215.934	2.315.322	83.984	834.093	918.077
Ativo não circulante	-	1.126.583	1.126.583	-	727.813	727.813
Passivo	(2.238.196)	(517.893)	(2.756.089)	(246.242)	(1.498.289)	(1.744.531)
Passivo circulante	(2.238.196)	(44.102)	(2.282.298)	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)
Passivo não circulante	-	(473.791)	(473.791)	-	(595.132)	(595.132)
Total circulante líquido	(138.808)	171.832	33.024	(162.258)	(69.064)	(231.322)
Total não circulante líquido	-	652.792	652.792	-	132.681	132.681
Total líquido	(138.808)	824.624	685.816	(162.258)	63.617	(98.641)

Componentes Financeiros	30/06/2021			31/12/2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	55.034	(905)	54.129	879	-	879
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	317.518	126.524	444.042	847	217.778	218.625
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	28.431	10.534	38.965	103	17.618	17.721
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	26.282	-	26.282	(138)	5.857	5.719
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	66.289	149.024	215.313	(1.465)	38.549	37.084
Energia elétrica comprada para revenda	838.890	201.304	1.040.194	4.078	448.720	452.798
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(148.644)	255.202	106.558	(55.828)	165.793	109.965
Neutralidade da parcela A	53.392	125.628	179.020	(2.706)	109.965	107.259
Devolução faturamento – Conta covid (2)	(816.970)	-	(816.970)	-	(504.476)	(504.476)
Outros itens financeiros	(506.101)	(31.703)	(537.804)	(86.248)	(394.367)	(480.615)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(52.929)	(10.984)	(63.913)	(21.780)	(41.820)	(63.600)
TOTAL	(138.808)	824.624	685.816	(162.258)	63.617	(98.641)

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$186.344 em 30 de junho de 2021, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	612.231
Realização	180.420
Transferência de outros passivos (1)	(15.121)
Atualização Selic (nota 28)	6.927
Saldo em 30 de junho de 2021	685.816

- (1) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 88 da REN 414/2010, incluído pela REN 714/2016.

Reajuste tarifário da Cemig D

Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2021 a 27 de maio de 2022, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,28%, sendo 2,14%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 0,89%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão não houve reajuste das tarifas. Este resultado decorre de (i) variação de custos da parcela B, de 2,64%, e os repasses diretos dentro da tarifa, que reduziram em 1,37%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 8,84% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (b) redução de 8,80% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a redução de R\$ R\$1.573.000 referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 9,67%, e da reversão da Conta-Covid (8,78%), bem como a (c) retirada de 1,41% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

14. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2021:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	1.465.334	1.141.599
Gás – ativos de infraestrutura em construção	89.175	94.115
Transmissão – Rede Básica – Lei 12.783/13	1.988.006	1.895.854
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.998.478	1.848.504
	5.540.993	4.980.072
Circulante	540.876	737.110
Não circulante	5.000.117	4.242.962

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.744.358	1.141.599	94.115	4.980.072
Adições	62.133	706.125	18.918	787.176
Atualização financeira	297.122	-	-	297.122
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	238.815	-	-	238.815
Recebimentos	(351.957)	-	-	(351.957)
Baixa	(3.987)	-	(1.999)	(5.986)
Outras adições	-	-	2.371	2.371
Transferências para o ativo financeiro	-	(32.743)	(15)	(32.758)
Transferências para o ativo intangível	-	(353.369)	(24.215)	(377.584)
Ajustes provisório redução ao valor recuperável	-	3.722	-	3.722
Saldos em 30 de junho de 2021	3.986.484	1.465.334	89.175	5.540.993

Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de junho de 2021, está contemplado o valor de R\$12.872 a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 21.

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato, que possuem vida útil definida.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97, nº 079/00 e nº 004/05, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	26.145	18.680
Contrato de Concessão - 079/00	35.613	28.600
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	291.998	533.430
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	187.120	156.400
	540.876	737.110
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	93.327	90.977
Contrato de Concessão - 079/00	156.529	132.589
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.696.008	1.362.424
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	1.499.744	1.421.259
	3.445.608	3.007.249
	3.986.484	3.744.359

a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP do contrato 006/1997, por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Neste processo a RAP do ciclo 2018-2019 foi reposicionada em 9,13% frente a RAP provisória deste mesmo período. Embora finalizada apenas em 2020, a revisão teve efeitos retroativos a julho de 2018.

Como resultado da RTP, foi reconhecida a receita de R\$528.598 no resultado da Companhia de 2020, sendo R\$321.453 para os ativos de RBNI e R\$207.145 para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, a Companhia reclassificou para o ativo de contrato os valores registrados como ativo financeiro por ocasião da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, referentes à parcela financeira da RBSE, que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões de transmissão até a sua incorporação à tarifa, a ser recebida no prazo de 8 anos, representando exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. O valor reclassificado no período findo em 30 de junho de 2020 corresponde a R\$1.265.445.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à Aneel, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018.

A Aneel, naquele momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que considerava a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. De acordo com o voto anexo à Resolução, em decorrência do cumprimento dos Pareceres de Força Executória emitidos pela Procuradoria Federal junto à ANEEL, o custo de capital próprio associado ao componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Contudo, em função do cenário da pandemia e seus possíveis efeitos relacionados à liquidez no setor elétrico, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação. O perfil proposto considera o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Dessa forma, esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial. Os efeitos no ativo de contrato classificado no curto prazo em função da redução da amortização nos ciclos 2021-2022 e 2022-2023 somam o montante de R\$276.197, reclassificados para o longo prazo.

No segundo trimestre de 2021, a Companhia reconheceu os efeitos da decisão da Aneel, consubstanciada na Resolução Homologatória 2.852/2021, a partir do recálculo do componente financeiro incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o reperfilamento dos pagamentos, nos termos da Resolução. Considerando que a decisão da Aneel resultou em aumento do componente financeiro a ser recebido, a Companhia reconheceu os efeitos da referida resolução no 2º trimestre de 2021, no montante de R\$211.246.

b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

A Resolução Homologatória nº 2.825, de 15 de dezembro de 2020, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica licitados que tinham previsão de Revisão Tarifária para julho de 2019. Conforme previsão contratual, somente as receitas estabelecidas provisoriamente advindas das autorizações de reforços e melhorias são revisadas. A RTP resultou no reconhecimento da receita de R\$23.254 no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em face dos resultados deliberados pela Resolução Homologatória, a Cemig GT apresentou pedido de reconsideração, que resultou no reconhecimento das seguintes inconsistências pela Aneel: (i) não desconto sobre o valor reavaliado das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins relativas ao benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI e; (ii) erro material no reconhecimento dos valores da taxa anual média de depreciação. Assim, os valores das RAPs e das parcelas de ajuste para o contrato nº 079/00 da Cemig GT foram alterados, conforme Resolução Homologatória nº 2.839, de 30 de março de 2021, gerando um ajuste positivo de R\$6.036 no ativo de contrato em 31 de março de 2021. O valor total de receita reconhecida no resultado do exercício em relação à revisão tarifária, líquido de tributos incidentes é de R\$5.816.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024. O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50% estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

15. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	6.917.732	5.921.159
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	50.173	53.215	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	131.401	131.391	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	40.179	35.552	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	197.246	195.235	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	614.553	631.227	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	938.619	965.255	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	116.762	209.374	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	82.168	157.476	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	132.966	130.794	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	158.441	159.029	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.225.510	1.166.240	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	6.579.338	6.021.630
TAESA	Controlada em conjunto	1.517.515	1.467.445	1.517.515	1.467.445
Ativas Data Center	Coligada	16.927	16.799	16.927	16.799
Gasmig	Controlada	-	-	1.539.328	1.495.599
Cemig Sim	Controlada	-	-	107.266	94.098
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	9.559	10.467	-	-
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	11.099	11.416	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	9.092	9.212	-	-
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.311	6.144	-	-
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	14.860	15.059	-	-
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	17.288	16.899	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.145	6.182	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	4.074	3.989	-	-
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	5.220	6.075	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.452	6.382	-	-
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída (1)	Controlada em conjunto	14.765	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada	-	-	118.060	118.217
Axiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	4.083	4.436	4.083	4.436
Total do Investimento		5.331.408	5.415.293	16.800.249	15.139.383
Itaocara – Passivo a descoberto (2)	Controlada em conjunto	(29.298)	(29.615)	-	-
Total		5.302.110	5.385.678	16.800.249	15.139.383

- (1) Em 31 de março de 2021, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), 49% de participação na Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., volta à geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, com potência instalada de 7,35 MWp, no montante de R\$12.558, apurando uma compra vantajosa de R\$1.961.
- (2) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e, assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de junho de 2021 alcançou o montante de R\$29.298 (R\$29.615 em 31 de dezembro de 2020). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Madeira Energia (Usina de Santo Antônio), Ativas Data Center e Light, esta última classificada como ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2020 e cuja alienação foi concluída em 22 de janeiro de 2021. Para mais informações, ver nota explicativa nº 32.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.(b)) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante, não sendo observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas indiretas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$51.549 (R\$53.858 em 31 de dezembro de 2020) e R\$70.594 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, são considerados no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 17.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA			
Investidas	31/12/2020	Amortização	30/06/2021
Lightger	78.989	(1.250)	77.739
TAESA	160.783	(4.661)	156.122
Gasmig	411.503	(7.629)	403.874
TOTAL GERAL	651.275	(13.540)	637.735

CONSOLIDADO			
Investidas	31/12/2020	Amortização	30/06/2021
Cemig Geração e Transmissão			
Retiro Baixo	29.187	(695)	28.492
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	16.526	(368)	16.158
Lightger	78.989	(1.250)	77.739
Aliança Geração	326.915	(12.655)	314.260
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	48.632	(986)	47.646
TAESA	160.783	(4.661)	156.122
TOTAL GERAL	661.032	(20.615)	640.417

b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

CONTROLADORA						
Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/06/2021
Cemig Geração e Transmissão	5.921.159	1.131.707	(135.134)	-	-	6.917.732
Cemig Distribuição	6.021.630	739.794	(182.086)	-	-	6.579.338
Ativas Data Center	16.799	128	-	-	-	16.927
Gasmig	1.495.599	159.316	(115.756)	-	169	1.539.328
Cemig Sim	94.098	1.392	(782)	12.558	-	107.266
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	118.217	10.881	(11.038)	-	-	118.060
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.436	(1.774)	-	1.421	-	4.083
Taesa	1.467.445	273.013	(222.943)	-	-	1.517.515
	15.139.383	2.314.457	(667.739)	13.979	169	16.800.249

CONSOLIDADO					
Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/ Aquisição	30/06/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	5.289	(8.331)	-	50.173
Guanhães Energia	131.391	10	-	-	131.401
Hidrelétrica Pipoca	35.552	4.627	-	-	40.179
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	209.374	(92.612)	-	-	116.762
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	157.476	(75.308)	-	-	82.168
Lightger	130.794	2.172	-	-	132.966
Baguari Energia	159.029	10.247	(10.835)	-	158.441
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	965.255	(26.636)	-	-	938.619
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	631.227	(16.674)	-	-	614.553
Ativas Data Center	16.799	128	-	-	16.927
Taesa	1.467.445	273.013	(222.943)	-	1.517.515
Aliança Geração	1.166.240	59.270	-	-	1.225.510
Retiro Baixo	195.235	5.940	(3.929)	-	197.246
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	10.467	987	(1.895)	-	9.559
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.212	383	(503)	-	9.092
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.416	(16)	(301)	-	11.099
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.144	167	-	-	6.311
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	15.059	236	(435)	-	14.860
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	16.899	389	-	-	17.288
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.182	98	(135)	-	6.145
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	3.989	130	(45)	-	4.074
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.075	(855)	-	-	5.220
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.382	163	(93)	-	6.452
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída (2)	-	2.520	(313)	12.558	14.765
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.436	(1.774)	-	1.421	4.083
Total do Investimento	5.415.293	151.894	(249.758)	13.979	5.331.408
Itaocara – Passivo a descoberto (1)	(29.615)	(415)	-	732	(29.298)
Total	5.385.678	151.479	(249.758)	14.711	5.302.110

- (1) Em 31 de dezembro de 2020, a investida apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o saldo contábil do investimento reduzido a zero. A Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos no valor de R\$29.615 em razão de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.
- (2) Inclui o valor de R\$1.961 referentes a compra vantajosa na aquisição da controlada em conjunto Ufv Brasilândia.

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	188.327	1.272.878
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	249.758	667.739
Recebimentos	(324.677)	(991.336)
IRRF sobre JCP declarados por investidas	(2.113)	(49.696)
Saldo em 30 de junho de 2021	111.295	899.585

c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	30/06/2021			31/12/2020		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	4.000.000	6.839.993	100,00	4.000.000	5.842.171
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	1.178.625	15,51	10.619.786	2.259.093
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	102.395	49,00	35.000	108.602
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	268.166	49,00	548.626	268.144
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	81.998	49,00	41.360	72.554
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.342	69,39	186.573	229.189
Central Eólica Praias de Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	114.606	100,00	70.560	107.204
Central Eólica Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	166.710	100,00	117.230	171.453
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	112.708	49,00	79.232	105.724
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.156.954	49,00	1.209.043	1.188.963
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.259.890	74,50	1.322.698	1.295.644
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.017.599	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	338.183	49,90	225.350	324.810
Renova (1) (2)	41.719.724	15,09	3.295.173	(844.112)	36,23	2.960.776	(1.107.637)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	71.708.500	49,00	73.203	(59.790)	49,00	71.709	(60.438)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	96	100,00	356	55
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.531.561	100,00	1.291.423	1.452.217
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	488.649	100,00	405.268	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	194.437	100,00	151.309	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	150.211	100,00	113.499	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	194.109	100,00	148.147	174.006
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	127.929	100,00	100.569	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	95.027	100,00	60.595	83.870
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	127.901	100,00	46.944	127.019
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	132.366	100,00	36.833	115.486
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	57.964	100,00	39.258	55.461
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	96.827	100,00	45.952	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	1.602.000	100,00	1.602	25.246	100,00	1.402	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	131.228	100,00	486	56.838
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.045	100,00	1.000	30.315
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	6.579.338	100,00	5.371.998	6.021.630
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.035	6.378.766	21,68	3.042.034	6.025.904
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	86.361	19,60	182.063	85.711
Gasmig	409.255.483	99,57	665.430	1.140.358	99,57	665.429	1.079.410
Cemig Sim	24.431.845	100,00	102.153	107.266	100,00	24.432	94.098
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	118.060	100,00	28.000	118.217
Axiom Soluções Tecnológicas	65.165.000	49,00	65.165	8.334	49,00	65.165	9.054
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.509.900	49,00	18.510	21.396	49,00	18.510	21.362
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.000.000	49,00	18.000	18.530	49,00	18.000	18.798
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	21.660.575	49,00	21.661	21.722	49,00	21.661	22.128
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	13.197.187	49,00	13.197	12.940	49,00	13.197	12.514
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.471.844	49,00	25.472	26.065	49,00	25.472	25.997
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	29.010.219	49,00	29.010	28.137	49,00	29.010	27.334
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.030.391	49,00	11.030	11.291	49,00	11.030	11.135
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.320.875	49,00	9.321	9.582	49,00	9.321	9.306
UFV Porteira I Geração de Energia Elétrica Distribuída	12.348.392	49,00	12.348	12.399	49,00	12.348	12.236
UFV Porteira II Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.702.733	49,00	11.703	11.973	49,00	11.703	11.750
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.629.900	49,00	25.879	26.478	-	-	-

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Cemig GT reduziu a zero o saldo do investimento nesta investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. A Renova revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e reconheceu em suas demonstrações financeiras ajustes relacionados à equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2018, o que gerou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019. Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação do aumento de seu capital social para R\$3.295.178, dividido em 100.142.466 ações, sendo 50.854.986 ações ordinárias e 49.287.480 ações preferenciais. Como a Cemig não acompanhou o referido aumento de capital, a sua participação passou a ser de 29,72% no capital votante e de 15,09% no capital total.

(3) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2021, a MESA apresentou prejuízo de R\$1.080.468 (R\$548.082 em 30 de junho de 2020) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$406.473 (R\$204.792 em 31 de dezembro de 2020). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678 milhões, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 30 de junho de 2021, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678 milhões.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Cemig GT instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo também é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

Em 30 de junho de 2021, a Renova apresentou prejuízo de R\$84.354 (R\$104.625 em 30 de junho de 2020), prejuízos acumulados de R\$4.078.541 (R\$3.994.187 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$844.112 (R\$1.107.637 em 31 de dezembro de 2020). A investida apresentou capital circulante líquido positivo, no montante de R\$451.943 (R\$272.539 em 31 de dezembro de 2020), refletindo os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a controlada Cemig GT provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

Recuperação judicial - Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

Em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000 e subsequentemente, a Companhia firmou contratos de mútuo com Dívida na Posse (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos, realizados de acordo com normas específicas dos processos de recuperação judicial, foram necessários para custear as despesas de manutenção das atividades da Renova, e foram autorizados pela Segunda Vara Especial Falência do Estado de São Paulo e (Juízo da Recuperação Judicial), sendo garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R\$60 milhões, tendo prioridade de recebimento em processo de recuperação judicial, na venda deste ativo dado em garantia.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia. Na AGC foi exposta a racionalidade econômico-financeira dos dois planos: (i) captação de empréstimo ponte para finalização do parque Alto Sertão III, assinado em 17 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$350 milhões na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) pela subsidiária Chipley SP Participações S.A. e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A., a serem destinados especialmente para o retomada das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A; (ii) alienação de ativos, principalmente a participação societária na Brasil PCH, além de projetos de energia eólica em desenvolvimento; (iii) renegociação do prazo de liquidação de passivos, sem alteração de valores apenas de prazos e (iv) conclusão das obras do parque eólico Alto Sertão III Fase A. Nessa linha, os planos descrevem de forma pormenorizada os meios de recuperação, detalham o empréstimo ponte “DIP” e identificam as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como o procedimento de alienação e a destinação dos recursos.

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com uma proposta no valor de R\$58.386, sendo 16,77% maior que o valor mínimo previsto no Plano. A Renova e o referido Fundo assinaram, em 02 de março de 2021, o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com a conclusão do processo de venda em 05 de abril de 2021.

No dia 05 de março de 2021, no contexto da recuperação judicial, a Renova recebeu R\$362.465 provenientes do empréstimo na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (“Quadra Capital”) e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. Os recursos obtidos permitirão a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação parcial do aumento de capital social no valor de R\$334.397, que corresponde ao valor dos créditos capitalizados nos termos dos planos de recuperação judicial. A Cemig GT não fez parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhou o referido aumento de capital, passando a participação da Cemig GT na Renova para 29,72% do capital votante e de 36,23% para 15,09% do capital total. Essa redução da participação acionária na Renova não impactou o atual controle compartilhado da Renova.

Em 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou um aumento de capital, por subscrição privada de ações, equivalente ao somatório do montante eventualmente subscrito por titulares de direitos de subscrição e o valor dos créditos capitalizados, limitado a R\$345.286, sendo admitida homologação parcial caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$44.928. O “2º Processo de Aumento de Capital e Conversão” possibilita que os credores convertam os créditos em participação societária na Renova, e, assim, viabilizará o cumprimento dos Planos e terá por efeito a redução do endividamento e o reforço da estrutura de capital da investida. A Cemig GT não fez parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhará o referido aumento. A Cemig GT estará sujeita, mesmo que numa remota possibilidade, a uma diluição potencial de 50% para ações ordinárias e 8,66% para ações preferenciais ou, caso haja a homologação parcial do montante mínimo, cenário provável, de 5,75% para ações ordinárias e 8,66% para ações preferenciais. No cenário mais provável, a participação da Cemig GT na Renova passaria para 27,33% do capital votante e de 15,09% para 13,83% do capital total. Apesar da diluição, não é prevista alteração na estrutura de controle da Renova. Adicionalmente, a Cemig GT poderá solicitar conversão de parte dos seus créditos nas próximas 3 janelas, caso seja necessário o reequilíbrio de suas ações ordinárias para manutenção do controle.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os principais efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Renova foram os seguintes: (i) os investimentos na UPI Brasil PCH, UPI Enerbras, UPI AS III Fase B, UPI Mina de Ouro e outros projetos em desenvolvimento estão apresentados como mantido para venda, no ativo circulante; (ii) os passivos foram atualizados desde a data do pedido de recuperação judicial até 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no referido plano; (iii) os passivos com controladores foram atualizados a partir da data da homologação do pedido de recuperação judicial a 100% do CDI; (iii) os juros provisionados no período entre a aprovação do pedido e aprovação do plano foram estornados.

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A de titularidade do Grupo Renova, pelo valor de R\$1.100.000. Em 04 de agosto de 2021, a Administradora Judicial declarou a SF 369 Participações Societárias S.A., subsidiária da Mubadala Consultoria Financeira e Gestora de Recursos Ltda, como vencedora do Procedimento Competitivo para aquisição da UPI Brasil PCH prevista no Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova, pendente de homologação do Processo Competitivo pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova. A ausência de manifestação de interessados na participação do Processo Competitivo da UPI Brasil PCH até 01 de agosto de 2021 permitiu a antecipação da declaração da vencedora pela Administradora Judicial, conforme previsto no Edital do referido processo.

A transação está devidamente inserida na estratégia da Renova para o seu saudável soerguimento e diminuição de seus passivos, destinando os recursos obtidos com a transação especialmente para o pré-pagamento do Empréstimo DIP Ponte contratado perante a Quadra Capital e desembolsado no início desse ano, o pagamento de determinados credores extraconcursais, cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada e aprovada em juízo por esta investida e as transações ocorridas no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 não produziram nenhum impacto adicional em suas informações contábeis intermediárias.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de junho de 2021, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$151.481 (R\$160.351 em 31 de dezembro de 2020) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2021 é de R\$2.765.000 (R\$2.407.000 em 31 de dezembro de 2020).

d) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESAS”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESAS e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESAS e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESAS em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESAS entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2021 e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 30 de junho de 2021 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 24). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2021 tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais foram prorrogados até agosto de 2021 e está em processamento de uma nova renovação por um período adicional de seis meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo conduzida por um novo Comitê Especial de Investigação – CEI, com o apoio de assessoria especializada.

As investigações encontram-se em andamento não tendo sido identificado, até o presente momento, nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

16. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	246.857	(24.510)	222.347	246.857	(22.624)	224.233
Reservatórios, barragens e adutoras	3.304.298	(2.320.094)	984.204	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.100.764	(844.943)	255.821	1.100.469	(835.848)	264.621
Máquinas e equipamentos	2.659.123	(1.963.690)	695.433	2.646.844	(1.929.584)	717.260
Veículos	20.602	(18.993)	1.609	20.602	(18.756)	1.846
Móveis e utensílios	13.791	(11.121)	2.670	13.813	(10.991)	2.822
	7.345.435	(5.183.351)	2.162.084	7.328.174	(5.097.681)	2.230.493
Em curso						
Ativos em curso	230.797	-	230.797	176.650	-	176.650
Imobilizado líquido	7.576.232	(5.183.351)	2.392.881	7.504.824	(5.097.681)	2.407.143

Controladora	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(23)	32	55	(22)	33
Máquinas e equipamentos	5.220	(4.814)	406	5.220	(4.645)	575
Móveis e utensílios	748	(711)	37	748	(706)	42
	6.105	(5.548)	557	6.105	(5.373)	732
Em curso						
Ativos em curso	460	-	460	460	-	460
Imobilizado líquido	6.565	(5.548)	1.017	6.565	(5.373)	1.192

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2021
Em serviço						
Terrenos (1)	224.233	-	-	(1.886)	-	222.347
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	-	(40.274)	4.767	984.204
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.621	-	-	(9.094)	294	255.821
Máquinas e equipamentos	717.260	-	(98)	(34.445)	12.716	695.433
Veículos	1.846	-	-	(237)	-	1.609
Móveis e utensílios	2.822	-	-	(152)	-	2.670
	2.230.493	-	(98)	(86.088)	17.777	2.162.084
Em curso	176.650	71.924	-	-	(17.777)	230.797
Imobilizado líquido	2.407.143	71.924	(98)	(86.088)	-	2.392.881

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Depreciação	Saldo em 30/06/2021
Em serviço			
Terrenos	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	33	(1)	32
Máquinas e equipamentos	575	(169)	406
Móveis e utensílios	42	(5)	37
	732	(175)	557
Em curso	460	-	460
Imobilizado líquido	1.192	(175)	1.017

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2021	31/12/2020
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	218.448	218.111
Depreciação acumulada			(122.036)	(117.271)
Total em operação			96.412	100.840
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.523	1.580
Total em construção			1.523	1.580
Total			97.935	102.420

17. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(4.423)	10.269	13.217	(4.045)	9.172
Concessão onerosa	18.614	(13.184)	5.430	19.169	(13.288)	5.881
Ativos de concessão (1)	21.082.719	(9.413.423)	11.669.296	20.781.598	(9.107.068)	11.674.530
Ativos de Concessão - GSF	909.601	-	909.601	-	-	-
Outros	78.046	(72.148)	5.898	78.015	(70.286)	7.729
	22.103.672	(9.503.178)	12.600.494	20.891.999	(9.194.687)	11.697.312
Em curso	128.226	-	128.226	112.616	-	112.616
Intangível líquido	22.231.898	(9.503.178)	12.728.720	21.004.615	(9.194.687)	11.809.928

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$122.144 (R\$127.841 em 31 de dezembro de 2020), bem como de concessão de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante R\$403.874 (R\$411.503 em 31 de dezembro de 2020), são considerados nas informações contábeis intermediárias da Cemig GT e da Companhia, respectivamente, como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(11.655)	1.909	13.564	(10.968)	2.596
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	9	(9)	-	9	(9)	-
	13.581	(11.672)	1.909	13.581	(10.985)	2.596
Em curso	89	-	89	59	-	59
Intangível líquido	13.670	(11.672)	1.998	13.640	(10.985)	2.655

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 30/06/2021
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.172	-	-	(378)	1.475	10.269
Concessão onerosa	5.881	-	(139)	(312)	-	5.430
Ativos de concessão	11.674.530	-	(13.220)	(368.943)	376.929	11.669.296
Ativos de concessão - GSF	-	909.601	-	-	-	909.601
Outros	7.729	-	-	(1.862)	31	5.898
	11.697.312	909.601	(13.359)	(371.495)	378.435	12.600.494
Em curso	112.616	16.461	-	-	(851)	128.226
Intangível Líquido	11.809.928	926.062	(13.359)	(371.495)	377.584	12.728.720

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$377.584.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2021
Em serviço				
Com vida útil definida				
Direito de uso de softwares	2.596	-	(687)	1.909
	2.596	-	(687)	1.909
Em curso	59	30	-	89
Intangível líquido	2.655	30	(687)	1.998

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos de autorização de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$403.874 (R\$411.503 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº15, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09.

Em 31 de dezembro de 2020, diante da conclusão da reforma dos 19 aerogeradores da controlada Volta do Rio e a plena retomada da sua capacidade de geração de energia, a Companhia realizou o teste de impairment de seus ativos operacionais e foi constatada a melhoria no equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da controlada. Assim, a Companhia reverteu parcela da perda para redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente, resultando na reversão líquida de R\$13.825 em 31 de dezembro de 2020, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultado.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$909.601.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	4	19/07/2050
Ervália	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Sul	2.106			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	115.831	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7	27/05/2052
Cemig PCH (Pai Joaquim)	418	04/04/2032	0,4	14/09/2032
Horizontes	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	8.900	08/05/2032	3,6	13/12/2035
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	1,7	27/08/2026
Total Subsidiárias	226.196			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Queimado	2.122	18/12/2032	0,1	05/02/2033
Sao Bernardo (Cemig)	655	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	683.405			
Total (R\$)	909.601			

Os valores apresentados para os direitos de extensão da outorga a que a Companhia faz jus para as Usinas de Queimado e Irapé, não contempladas na ReH 2.919/2021, não devem sofrer alterações relevantes. A discussão em relação a esses valores é suplementar e não traz riscos à matéria, não afetando, portanto, o valor do ativo reconhecido pela Companhia.

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para cálculo dos valores a serem compensados, mas esta Lei não especifica a forma de compensação na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicidas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, estes ativos contingentes não foram reconhecidos.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência na taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	185.498	26.576	212.074
Baixa (contratos encerrados)	(2.112)	-	(2.112)
Amortização (1)	(4.489)	(18.368)	(22.857)
Adições	9.723	-	9.723
Remensuração (2)	(10.110)	1.627	(8.483)
Saldos em 30 de junho de 2021	178.510	9.835	188.345

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$276 em 30 de junho de 2021 (R\$1.929 em 31 de dezembro de 2020).

(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.058
Amortização (1)	(41)
Remensuração (2)	(123)
Saldo em 30 de junho de 2021	1.894

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$3 em 30 de junho de 2021 (R\$123 em 31 de dezembro de 2020).

(2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	226.503	2.114
Adição	9.723	-
Baixa (contratos encerrados)	(1.691)	78
Juros incorridos (1)	13.319	135
Arrendamentos pagos	(33.377)	(135)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1.030)	(5)
Remensuração (2)	(8.483)	(124)
Saldos em 30 de junho de 2021	204.964	2.063
Passivo circulante	35.863	265
Passivo não circulante	169.101	1.798

(1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$840 e R\$10 em 30 de junho de 2021 (R\$1.833 e R\$25 em 31 de dezembro de 2020), para as informações contábeis intermediárias e da controladora, respectivamente.

(2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	595.017	204.964	6.615	2.063
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	52.356	17.065	634	191

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2021	23.931	135
2022	27.961	270
2023	25.870	270
2024	25.764	270
2025	25.676	270
2026 a 2045	465.816	5.400
Valores não descontados	595.018	6.615
Juros embutidos	(390.054)	(4.552)
Passivo de arrendamento	204.964	2.063

19. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Energia de curto prazo - CCEE	374.213	490.285
Encargos de uso da rede elétrica	200.788	192.287
Energia elétrica comprada para revenda	908.875	807.708
Itaipu binacional	317.873	325.277
Gás comprado para revenda	213.969	126.850
Materiais e serviços	365.978	415.913
	2.381.696	2.358.320

20. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante				
ICMS	161.377	112.068	-	-
Cofins (2)	150.943	183.995	17.853	37.853
PIS/Pasep (2)	32.830	41.116	3.855	9.266
INSS	28.878	28.715	1.718	1.585
Outros (1)	66.849	139.845	332	40.064
	440.877	505.739	23.758	88.768
Não circulante				
Cofins (3)	250.632	215.878	-	-
PIS/Pasep (3)	54.409	46.867	-	-
	305.041	262.745	-	-
	745.918	768.484	23.758	88.768
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	1.590.108	448.019	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	2.233.992	3.569.837	-	-
	3.824.100	4.017.856	-	-

- (1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 29 de junho de 2021, cujo recolhimento ocorreu em julho de 2021, em conformidade à legislação tributária.
- (2) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das informações contábeis intermediárias. Para mais informações, ver notas explicativa 14.
- (3) Referem-se ao diferimento desses tributos incidentes sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.3 e 14.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$3.408.028, conforme descrito na nota explicativa nº 8 (a).

A Cemig D registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia iniciou a restituição dos valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, a vigorar de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos habilitados pela Receita Federal do Brasil. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 13.4.

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 8 (a), a controlada Gasmig reconheceu os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do trimestre, na ausência do trânsito em julgado, sendo este no montante de R\$195.274. O período de 10 anos consubstancia o montante máximo passível de devolução, a ser convalidado após análises complementares das decisões judiciais que serão emitidas e legislação em vigor quando do efetivo trânsito em julgado da ação.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				30/06/2021			31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$S	-	-	-	11.725
Eurobonds (2)	2024	9,25%	U\$S	56.703	7.503.300	7.560.003	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(14.042)	(14.042)	(15.664)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(22.747)	(22.747)	(25.314)
Dívida em moeda estrangeira				56.703	7.466.511	7.523.214	7.824.706
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	7.076	-	7.076	17.204
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	9.572	-	9.572	14.086
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	3.336	3.994	7.330	9.058
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	50.706	-	50.706	50.008
(-) Custos de Transação				-	-	-	(55)
Dívida em moeda nacional				70.690	3.994	74.684	90.301
Total de empréstimos e financiamento				127.393	7.470.505	7.597.898	7.915.007
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	392.089	-	392.089	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) (10)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	-	-	-	587.956
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	278.214	777.640	1.055.854	1.035.247
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	543.106	1.080.000	1.623.106	1.891.927
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.910	1.657.402	1.660.312	1.587.924
Debêntures - - 4ª emissão - 1ª série (8)	2022	TJLP+1,82%	R\$	10.150	4.866	15.016	19.629
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	4.338	2.197	6.535	9.089
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (8)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	11.724	4.651	16.375	21.807
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (8)	2022	Selic + 1,82%	R\$	5.170	2.604	7.774	10.703
Debêntures - 7ª emissão - Série única (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.026	40.000	60.026	60.024
Debêntures - 8ª emissão - Série única (8)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	17.293	913.698	930.991	890.440
(-) Deságio na emissão de debêntures (9)				-	(16.664)	(16.664)	(18.300)
(-) Custos de Transação				(3.035)	(27.289)	(30.324)	(41.254)
Total de debêntures				1.281.985	4.439.105	5.721.090	7.105.551
Total geral consolidado				1.409.378	11.909.610	13.318.988	15.020.558

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				30/06/2021			31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	50.706	-	50.706	50.008
(-) Custos de transação				-	-	-	(55)
Total de empréstimos e financiamentos				50.706	-	50.706	49.953

- (1) Em 18 de junho de 2021, a Cemig D liquidou antecipadamente a dívida proveniente do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, no valor principal de US\$44.626, considerando as Garantias constituídas no valor de US\$42.843, por meio do pagamento de pecúnia, no valor aproximado de US\$1.783. O valor desembolsado total, considerando pecúnia, juros e comissões, corresponde a R\$10.075 na data do pagamento.
- (2) Cemig Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (4) Cemig Distribuição.
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$5.320. Até a liquidação dos contratos, garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (6) Central Eólica Volta do Rio. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$8.766. Até a liquidação dos contratos, garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (8) Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
- (9) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (10) Em 02 de fevereiro de 2021, a Cemig GT realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a venda da sua participação acionária na Light. Para mais informações sobre a venda da participação na Light, ver nota explicativa nº32.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Recompra parcial dos Eurobonds – Tender Offer

Em 19 de julho de 2021, foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Cemig GT (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$500 milhões. A implementação do Cash Tender considerou o preço de recompra de 116,25%, ou US\$1.162,50 por US\$1.000 do valor principal.

Em 30 de julho de 2021, foram recebidas ofertas de titulares de Notes representando o montante total de US\$774 milhões. Uma vez que o valor principal agregado de todas as Notes validamente ofertadas até a Data da Oferta Antecipada excedeu o montante máximo, a CEMIG aceitou as Notes ofertadas em uma base pro rata, considerando o valor teto de US\$500 milhões.

Adicionalmente ao Valor Total de Aquisição, os titulares de Notes que foram validamente ofertadas e aceitas para a aquisição também receberam juros acumulados e não pagos desde, e incluindo, a última data de pagamento de juros até, mas não incluindo, a data inicial de liquidação, que ocorreu em 05 de agosto de 2021.

A liquidação financeira e cancelamento das notes ocorreu em 05 de agosto de 2021, sendo a previsão para encerramento das ofertas em 13 de agosto de 2021. Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados a recompra dos bonds:

	%	US\$	R\$
Valor principal	100,00	500.000	2.568.500
Prêmio mercado + Tender	16,25	81.250	417.381
Juros provisionados	1,54	7.708	39.598
		588.958	3.025.479
IOF incidente sobre o prêmio	0,38	309	1.586
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	17,65	14.338	73.655
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	1.360	6.988
		16.007	82.229
Total de Pagamentos	-	604.966	3.107.708
Desfazimento parcial do Hedge	-	-	(774.409)
Ajuste positivo da NDF (*)	-	-	(23.699)
Total	-	-	2.309.600

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,137) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,0984

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2021, é garantido da seguinte forma:

	30/06/2021
Nota promissória, aval e fiança	8.970.728
Aval e Recebíveis	3.259.770
Recebíveis	69.225
Ações	50.706
Sem garantia	968.559
TOTAL	13.318.988

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas							
Dólar Norte-Americano	56.703	-	-	7.503.300	-	-	7.560.003
Total por moedas	56.703	-	-	7.503.300	-	-	7.560.003
Indexadores							
IPCA (1)	47.721	642.785	259.213	355.957	1.190.034	1.543.536	4.039.246
UFIR/RGR (2)	1.686	3.265	2.379	-	-	-	7.330
CDI (3)	316.106	602.041	560.000	270.000	-	-	1.748.147
URTI/TJLP (4)	36.129	11.910	-	-	-	-	48.039
Total por indexadores	401.642	1.260.001	821.592	625.957	1.190.034	1.543.536	5.842.762
(-) Custos de transação	(2.583)	(781)	(760)	(16.660)	(4.916)	(18.666)	(44.366)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	(22.747)	-	-	(22.747)
(-) Deságio	-	-	-	-	(8.332)	(8.332)	(16.664)
Total geral	455.762	1.259.220	820.832	8.089.850	1.176.786	1.516.538	13.318.988

Controladora	2021	Total
Indexadores		
CDI (3)	50.706	50.706
Total por indexadores	50.706	50.706

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2021	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2020	Indexador	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2021	Variação % Acumulada no 1º semestre de 2020
Dólar Norte-Americano	(3,74)	35,86	IPCA	3,77	0,10
			CDI	1,26	1,76
			TJLP	1,32	(11,31)

Moeda	Variação % Acumulada no período de abril a junho de 2021	Variação % Acumulada no período de abril a junho de 2020	Indexador	Variação % Acumulada no período de abril a junho de 2021	Variação % Acumulada no período de abril a junho de 2020
Dólar Norte-Americano	(12,20)	5,33	IPCA	1,68	(0,43)
			CDI	0,77	0,74
			TJLP	5,01	(2,95)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.020.558	49.953
Variação monetária	142.579	-
Variação cambial	(292.379)	-
Encargos financeiros provisionados	602.204	698
Amortização do custo de transação	12.606	55
Encargos financeiros pagos	(638.160)	-
Amortização de principal	(1.533.724)	-
Reclassificação para Outros Credores (1)	5.304	-
Saldo em 30 de junho de 2021	13.318.988	50.706

- (1) Reclassificação de Grandes Consumidores na Cemig D (CMM e Serra da Fortaleza).

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2021	30/06/2020
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	602.204	605.621
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 17 e 21)	(12.872)	(22.515)
Efeito líquido no resultado	589.332	583.106

- (1) A taxa média de capitalização foi de 7,78% a.a. em 30 de junho de 2021 (4,28% a.a. em 30 de junho de 2020).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (6)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures GASMIG (3)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5 a partir de 31/12/2020	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (4)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3 a partir de 31/12/2020	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0 a partir de 31/12/2020	-	Anual
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Financiamento Caixa Econômica Federal	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (5)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (4) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (5) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida* anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$5.320, pela controlada Central Eólica Praias de Parajuru, e R\$8.766, pela controlada Volta do Rio. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- (6) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscimo de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 30.

22. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	27.927	27.515
Conta de desenvolvimento energético – CDE	109.126	64.179
Taxa de fiscalização da Aneel	3.339	3.200
Eficiência energética	206.995	264.952
Pesquisa e desenvolvimento	102.705	224.632
Pesquisa expansão sistema energético	3.678	3.776
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	7.362	7.557
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA	9.781	7.435
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	6.846	12.976
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	96.843	89.825
CDE sobre P&D	88.748	-
CDE sobre PEE	65.683	-
Outros	4.626	4.624
	759.984	736.996
Passivo circulante	600.418	445.807
Passivo não circulante	159.566	291.189

23. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	2.908.495	3.319.093	64.324	551.135	6.843.047
Despesa reconhecida no resultado	100.266	126.049	2.530	21.274	250.119
Contribuições pagas	(113.087)	(79.480)	(1.471)	(4.934)	(198.972)
Passivo líquido em 30 de junho de 2021	2.895.674	3.365.662	65.383	567.475	6.894.194
				30/06/2021	31/12/2020
Passivo Circulante				324.307	304.551
Passivo Não Circulante				6.569.887	6.538.496

Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	512.937	201.080	4.682	20.081	738.780
Despesa reconhecida no resultado	17.702	7.371	176	747	25.996
Contribuições pagas	(5.564)	(4.687)	(93)	(149)	(10.493)
Passivo líquido em 30 de junho de 2021	525.075	203.764	4.765	20.679	754.283
				30/06/2021	31/12/2020
Passivo circulante				25.738	25.062
Passivo não circulante				728.545	713.718

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$215.971 (R\$223.727 em 30 de junho de 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$34.148 (R\$21.749 em 30 de junho de 2020).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$429.752 (R\$472.559 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2021, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$540.074 (R\$540.142 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$360.826, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$179.248. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril, maio e junho de 2021, no montante de R\$2.213, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito.

24. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2021
Trabalhistas	427.515	49.299	(9.165)	(35.490)	432.159
Cíveis					
Relações de consumo	22.089	12.899	-	(10.568)	24.420
Outras ações cíveis	32.495	9.822	(82)	(4.546)	37.689
	54.584	22.721	(82)	(15.114)	62.109
Tributárias	1.294.287	59.387	(78.361)	(59)	1.275.254
Regulatórias	51.660	2.882	(6.210)	(1.170)	47.162
Outras	64.391	10.528	(2.146)	(4.755)	68.018
Total	1.892.437	144.817	(95.964)	(56.588)	1.884.702

	Controladora				30/06/2021
	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	
Trabalhistas	28.152	8.418	-	(3.749)	32.821
Cíveis					
Relações de consumo	550	193	-	(169)	574
Outras ações cíveis	3.178	20	(82)	(20)	3.096
	3.728	213	(82)	(189)	3.670
Tributárias	170.624	3.298	-	(24)	173.898
Regulatórias	18.606	-	(3.772)	-	14.834
Outras	1.275	1.135	(71)	(305)	2.034
Total	222.385	13.064	(3.925)	(4.267)	227.257

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.543.921 (R\$1.386.147 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$432.159 foram provisionados (R\$427.515 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e
- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$157.729 (R\$142.481 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$24.420 (R\$22.089 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$418.264 (R\$359.122 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$37.689 (R\$32.495 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$185.566 (R\$166.348 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$17.222 (R\$13.505 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$83.815 (R\$84.525 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$3.303 foram provisionados (R\$3.844 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.409.541 (R\$1.520.054 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.253.593 (R\$1.275.808 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A variação relevante no semestre no montante das contingências decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, Pis e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$204.414 (R\$202.975 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.136 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$346.051 (R\$345.475 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$47.163 (R\$51.660 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$50.352 (R\$46.312 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$385.098 (R\$356.236 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$743 (R\$687 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$595.222 (R\$621.398 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$16.923 foram provisionados (R\$17.392 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$287.006 (R\$285.836 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$296.738 (R\$294.613 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é, aproximadamente, R\$118.356 (R\$110.436 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$235.730 (R\$234.113 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$436.450 (R\$425.023 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e março de 2020, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou quatro autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$55.204, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, alegando entendimento divergente entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$17.047 de principal, R\$27.465 de multas e R\$10.692 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 30 de junho de 2021, o valor estimado da contingência para o período não prescrito de cinco anos é de R\$121.736.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$58.565 em 30 de junho de 2021, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.165.190 (R\$1.072.398 em 31 de dezembro de 2020), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$402.190 (R\$376.228 em 31 de dezembro de 2020). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$381.052 (R\$356.907 em 31 de dezembro de 2020). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$113.485 (R\$105.552 em 31 de dezembro de 2020).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$469.754 (R\$448.066 em 31 de dezembro de 2020) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$181.239 (R\$167.168 em 31 de dezembro de 2020). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$83.246 em 30 de junho de 2021 e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$8.466.810, representado por 566.036.634 ações ordinárias e 1.127.325.434 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento de Capital

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 30 de abril de 2021 aprovou a proposta de destinação de resultados da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgada nas demonstrações financeiras de 2020, incluindo aumento do capital social de R\$7.593.763 para R\$8.466.810, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2020 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais e as reservas de lucros a realizar, excederam o capital social em R\$1.529.371.

O aumento do capital social foi realizado com a capitalização do saldo de R\$873.047 da Reserva de Retenção de Lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 30 de julho de 2021, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig GT, no valor de R\$1.350.000, com a finalidade de compor os recursos necessários a esta controlada para implementação do Cash Tender. Maiores informações sobre a operação da *Tender Offer* na nota explicativa nº 21.

b) Lucro por ação

Em razão do aumento de capital em 30 de abril de 2021, com a emissão de 174.609.467 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	30/06/2021	30/06/2020
Ações ordinárias já capitalizadas	566.036.634	566.036.634
Ações em tesouraria	(79)	(79)
Total ações ordinárias	566.036.555	566.036.555
Ações preferenciais já capitalizadas	1.127.325.434	1.127.325.434
Ações em tesouraria	(650.817)	(650.817)
Total ações preferenciais	1.126.674.617	1.126.674.617
Total	1.692.711.172	1.692.711.172

Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Lucro líquido do período(A)	2.368.269	1.013.060	1.946.237	1.081.462
Total de ações (B)	1.692.711.172	1.692.711.172	1.692.711.172	1.692.711.172
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	1,40	0,60	1,15	0,64

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 30 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos períodos apresentados.

26. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	13.789.570	12.687.452
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	1.657.608	1.399.108
CVA e outros componentes financeiros (c)	792.651	81.652
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização (1)	430.911	-
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção (d)	164.198	137.312
Receita de construção de transmissão (d)	62.133	104.056
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 14)	297.122	115.252
Receita de construção de distribuição	738.437	609.632
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	20.026	(955)
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	243.404	146.412
Liquidação na CCEE (g)	108.088	31.598
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (h)	-	104.814
Fornecimento de gás	1.543.629	962.887
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(44.904)	(29.117)
Receita por antecipação de prestação de serviço (i)	153.970	-
Outras receitas operacionais (j)	849.766	886.612
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(6.341.886)	(5.694.614)
Receita operacional líquida	14.464.723	11.542.101

(1) Maiores informações na nota explicativa nº 8 a.

	Consolidado	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (Reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	6.837.733	5.920.014
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	820.873	674.737
CVA e outros componentes financeiros (c)	453.744	136.254
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização (1)	252.538	-
Receita de transmissão		
Receita de operação e manutenção (d)	75.036	60.715
Receita de construção de transmissão (d)	39.682	42.815
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 14)	139.867	43.672
Receita de construção de distribuição	409.128	346.559
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	9.120	(1.679)
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	118.844	46.520
Liquidação na CCEE (g)	1.043	7.074
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (h)	-	41.514
Fornecimento de gás	838.444	403.227
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(14.335)	(11.918)
Receita por antecipação de prestação de serviço (i)	153.970	-
Outras receitas operacionais (j)	436.904	473.143
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(3.218.609)	(2.682.530)
Receita operacional líquida	7.353.982	5.500.117

(1) Maiores informações na nota explicativa nº 8 a.

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

São receitas reconhecidas pela entrega de energia elétrica, com base nas tarifas especificadas nos termos contratuais, homologadas pelo órgão regulador, ou vigentes no mercado, à medida do faturamento. A receita referente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês é estimada com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período.

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Residencial	5.641.592	5.442.910	5.280.570	4.866.632
Industrial	7.859.762	6.326.923	2.479.825	1.981.349
Comércio, serviços e outros	4.098.721	4.472.574	2.584.188	2.577.247
Rural	1.919.300	1.671.380	1.164.034	984.629
Poder público	358.362	386.015	265.367	279.249
Iluminação pública	670.035	664.656	361.053	295.455
Serviço público	699.867	675.124	391.974	356.523
Subtotal	21.247.639	19.639.582	12.527.011	11.341.084
Consumo Próprio	16.832	17.376	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(49.934)	(257.626)
	21.264.471	19.656.958	12.477.077	11.083.458
Suprimento a outras concessionárias (2)	5.328.247	6.626.096	1.404.260	1.588.364
Suprimento não faturado líquido	-	-	(91.767)	15.630
Total	26.592.718	26.283.054	13.789.570	12.687.452

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Residencial	2.766.585	2.657.910	2.620.985	2.307.578
Industrial	4.058.047	2.982.979	1.269.674	934.197
Comércio, serviços e outros	1.992.781	2.028.857	1.263.457	1.136.848
Rural	1.074.926	896.375	629.219	511.810
Poder público	171.645	169.009	128.263	121.381
Iluminação pública	314.679	325.162	149.098	142.679
Serviço público	352.752	339.650	197.094	177.860
Subtotal	10.731.415	9.399.942	6.257.790	5.332.353
Consumo Próprio	8.272	7.970	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(55.728)	(104.793)
	10.739.687	9.407.912	6.202.062	5.227.560
Suprimento a outras concessionárias (2)	2.612.137	3.401.541	653.719	726.004
Suprimento não faturado líquido	-	-	(18.048)	(33.550)
Total	13.351.824	12.809.453	6.837.733	5.920.014

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”), definida pelo órgão regulador. O total da energia transportada, em MWh está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (1)	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Industrial	10.101.082	8.750.291
Comercial	722.967	608.096
Rural	20.347	14.274
Serviço Público	1.551	-
Concessionárias	124.337	144.465
Total	10.970.284	9.517.126

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

	MWh (1)	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Industrial	5.118.220	4.230.152
Comercial	356.817	254.096
Rural	10.560	7.045
Serviço Público	900	-
Concessionárias	52.220	72.652
Total	5.538.717	4.563.945

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

d) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Jan a jun/2021	Jan a jun/2020	Abr a jun/2021	Abr a jun/2020
Receita de construção e melhorias	62.133	104.056	39.682	42.815
Custo de construção e melhorias	(47.124)	(74.044)	(28.059)	(26.846)
Margem	15.009	30.012	11.623	15.969
Mark-up (%)	31,85%	40,53%	41,42%	59,48%
Receita de operação e manutenção	164.198	137.312	75.036	60.715
Custo de operação e manutenção	(120.905)	(121.904)	(53.805)	(62.935)
Margem	43.293	15.408	21.231	(2.220)
Mark-up (%)	35,81%	12,64%	39,46%	(3,53)%

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

h) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

i) Receita por antecipação de prestação de serviços

Refere-se a negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Serviço taxado	7.932	5.221
Prestações de serviços	26.922	70.117
Subvenções (1)	683.882	730.649
Aluguel e arrendamento	98.312	80.563
Outras	32.718	62
	849.766	886.612

	Consolidado	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Serviço taxado	3.950	1.466
Prestações de serviços	13.613	35.669
Subvenções (1)	346.648	395.305
Aluguel e arrendamento	51.200	40.808
Outras	21.493	(105)
	436.904	473.143

- (1) Inclui receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o decreto nº 7.891/2013, no montante de R\$494.424 em 30 de junho de 2021 (R\$545.778 em 30 de junho de 2020), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; e a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$46.057 em 30 de junho de 2021, reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.304.168	3.010.684
COFINS	1.242.295	1.031.162
PIS-PASEP	269.081	224.096
Outros	7.677	3.363
	4.823.221	4.269.305
Encargos do Consumidor		
Reserva global de reversão – RGR	7.722	7.951
Programa de eficiência energética – PEE	29.967	33.444
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.324.598	1.217.865
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	13.651	20.276
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	25.510	20.276
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	12.755	10.138
Encargos do consumidor – PROINFA	30.671	17.739
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	19.529	15.413
Compensação financeira utilização recursos hídricos	18.200	22.551
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	7.017	59.656
CDE sobre P&D	11.859	-
CDE sobre PEE	17.186	-
	1.518.665	1.425.309
	6.341.886	5.694.614

	Consolidado	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.652.716	1.408.778
COFINS	629.445	486.599
PIS-PASEP	136.030	105.642
Outros	6.841	1.605
	2.425.032	2.002.624
Encargos do Consumidor		
Reserva global de reversão – RGR	4.032	4.002
Programa de eficiência energética – PEE	4.545	16.539
Conta de desenvolvimento energético – CDE	649.729	608.155
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(59)	8.998
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	11.800	8.998
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	5.900	4.499
Encargos do consumidor – PROINFA	14.336	10.023
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	9.891	7.706
Compensação financeira utilização recursos hídricos	9.321	10.913
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	55.037	73
CDE sobre P&D	11.859	-
CDE sobre PEE	17.186	-
	793.577	679.906
	3.218.609	2.682.530

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Pessoal (a)	650.323	650.789	7.718	11.112
Participação dos empregados e administradores no resultado	49.189	33.280	39	6.032
Obrigações pós-emprego (nota 23)	215.971	223.727	24.316	23.985
Materiais	46.202	34.766	35	100
Serviços de terceiros (b)	687.075	601.690	5.894	15.793
Energia elétrica comprada para revenda (c)	6.417.348	5.569.733	-	-
Depreciação e amortização (1)	480.164	488.449	900	1.552
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	93.379	356.729	9.139	48.986
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.448.227	622.453	-	-
Gás comprado para revenda	868.042	543.303	-	-
Custos de construção da infraestrutura (e)	785.561	683.676	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	154.580	126.678	12.073	5.542
	11.896.061	9.935.273	60.114	113.102

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (Reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Pessoal (a)	342.869	339.183	1.417	4.916
Participação dos empregados e administradores no resultado (reversão)	19.675	7.440	(2.231)	2.792
Obrigações pós-emprego (nota 23)	109.288	118.322	12.222	12.310
Materiais	25.352	16.141	27	73
Serviços de terceiros (b)	344.641	302.609	3.185	8.488
Energia elétrica comprada para revenda (c)	3.309.234	2.755.238	-	-
Depreciação e amortização (1)	241.733	245.697	449	776
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	69.175	197.613	(1.061)	47.144
Encargos de uso da rede básica de transmissão	701.915	257.441	-	-
Gás comprado para revenda	480.517	231.378	-	-
Custos de construção da infraestrutura (e)	437.186	373.405	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	77.580	72.673	4.986	1.642
	6.159.165	4.917.140	18.994	78.141

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$276 no consolidado e R\$3 na controladora.

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Companhia, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O custo total para o programa corresponde a R\$35.238, representando a adesão de 324 empregados. Em abril de 2020, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2020, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$58.850 (396 empregados).

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	63.192	65.168	-	-
Comunicação	77.936	43.292	127	239
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	231.122	229.996	8	9
Conservação e limpeza de prédios	34.082	41.980	85	77
Vigilância	7.909	8.753	-	-
Auditoria e consultoria	18.739	18.088	2.801	11.800
Tecnologia da informação	48.527	24.932	826	586
Corte e religação	36.094	15.278	-	-
Serviços advocatícios	9.441	9.857	521	591
Poda de árvores	23.067	24.336	-	-
Limpeza de faixa	49.612	33.933	-	-
Reprografia e publicações legais	8.084	10.159	166	247
Inspeção de unidades consumidoras	13.816	12.618	-	-
Outras despesas	65.454	63.300	1.360	2.244
	687.075	601.690	5.894	15.793

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	32.018	33.118	-	-
Comunicação	37.444	11.765	72	157
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	107.080	113.872	4	5
Conservação e limpeza de prédios	17.283	26.139	47	34
Vigilância	4.752	4.223	-	-
Auditoria e consultoria	9.463	7.301	1.211	5.672
Tecnologia da informação	23.266	11.056	501	292
Corte e religação	20.087	4.049	-	-
Serviços advocatícios	5.248	6.081	215	443
Poda de árvores	12.262	15.308	-	-
Limpeza de faixa	25.205	19.161	-	-
Reprografia e publicações legais	5.252	5.556	155	240
Inspeção de unidades consumidoras	8.214	8.829	-	-
Outras despesas	37.067	36.151	980	1.645
	344.641	302.609	3.185	8.488

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Energia de Itaipu Binacional	967.628	952.413
Contratos por cotas de garantia física	401.516	379.450
Cotas das usinas de Angra I e II	122.289	151.484
Energia de curto prazo	363.246	633.003
PROINFA	191.000	155.866
Contratos bilaterais	195.094	163.392
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	2.159.787	1.567.953
Energia adquirida no ambiente livre	2.059.165	1.743.809
Geração distribuída	528.781	327.796
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(571.158)	(505.433)
	6.417.348	5.569.733

	Consolidado	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Energia de Itaipu Binacional	480.103	524.601
Contratos por cotas de garantia física	199.451	189.617
Cotas das usinas de Angra I e II	61.145	75.742
Energia de curto prazo	323.914	251.066
PROINFA	95.500	77.933
Contratos bilaterais	110.107	84.216
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	1.036.952	748.514
Energia adquirida no ambiente livre	1.023.322	900.703
Geração distribuída	273.757	154.315
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(295.017)	(251.469)
	3.309.234	2.755.238

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	42.168	215.100	-	-
Perdas estimadas (reversões) com outros créditos a receber (2)	(11.000)	-	-	-
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas relacionadas (3)	-	37.361	-	37.361
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 24)				
Trabalhistas	40.134	30.688	8.418	6.140
Cíveis	22.639	22.690	131	2.002
Tributárias	(18.974)	24.439	3.298	3.510
Outras	5.054	3.651	(2.708)	(27)
	48.853	81.468	9.139	11.625
	80.021	333.929	9.139	48.986
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 30)	13.358	22.800	-	-
	13.358	22.800	-	-
	93.379	356.729	9.139	48.986

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	(985)	115.360	-	-
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas relacionadas (3)	-	37.361	-	37.361
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 24)				
Trabalhistas	18.529	23.375	263	7.986
Cíveis	12.684	6.379	(122)	1.235
Tributárias	10.348	12.005	1.034	1.237
Outras	2.074	1.145	(2.236)	(675)
	43.635	42.904	(1.061)	9.783
	42.650	195.625	(1.061)	47.144
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 30)	26.525	1.988	-	-
	26.525	1.988	-	-
	69.175	197.613	(1.061)	47.144

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
(2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.
(3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Pessoal e administradores	35.368	40.445
Materiais	406.290	337.298
Serviços de terceiros	297.591	239.960
Outros	46.312	65.973
	785.561	683.676

	Consolidado	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Pessoal e administradores	20.354	23.522
Materiais	225.254	180.348
Serviços de terceiros	167.552	139.977
Outros	24.026	29.558
	437.186	373.405

f) Outras despesas operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (Reapresentado)	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	2.077	5.234	(6)	427
Propaganda e publicidade	3.726	2.877	13	31
Consumo próprio de energia elétrica	11.387	10.750	-	-
Subvenções e doações	4.780	3.317	-	-
Concessão onerosa	1.678	1.387	-	-
Seguros	14.320	12.004	1.932	1.411
Anuidade CCEE	2.984	2.974	-	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	29.221	11.969	-	157
Forluz – custeio administrativo	15.565	14.856	770	731
Agentes arrecadadores	42.892	42.393	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento (1)	9.012	-	-	-
Impostos e taxas	13.566	6.223	3.750	729
Outras despesas	3.372	12.694	5.614	2.055
	154.580	126.678	12.073	5.542

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (Reapresentado)	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	469	3.124	(9)	206
Propaganda e publicidade	3.458	1.662	25	31
Consumo próprio de energia elétrica	11.387	10.750	-	-
Subvenções e doações	3.773	1.645	-	-
Concessão onerosa	886	707	-	-
Seguros	6.990	5.943	973	726
Anuidade CCEE	1.501	1.500	-	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	17.417	5.536	-	157
Forluz – custeio administrativo	8.013	7.552	397	371
Agentes arrecadadores	21.974	20.395	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento (1)	3.633	-	-	-
Impostos e taxas	9.630	1.442	3.397	112
Outras despesas (recuperação de despesas)	(11.551)	12.417	203	38
	77.580	72.673	4.986	1.642

(1) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$141 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$50 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	92.821	39.590	28.224	2.122
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	237.822	176.823	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	7.291	-	-	-
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 21)	292.379	-	-	-
Varição monetária	14.087	8.729	1.672	1
Varição monetária – CVA (nota 13)	6.927	25.688	-	-
Varição monetária de depósitos vinculados a litígios	6.944	54.042	583	10.172
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(49.303)	(15.812)	(32.294)	(2.036)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 30)	-	1.800.960	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8) (2)	18.127	27.092	2.059	3.489
Outras	40.217	35.701	3.594	1.645
	667.312	2.152.813	3.838	15.393
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(589.332)	(583.106)	(698)	(942)
Amortização do custo de transação (nota 21)	(12.606)	(7.101)	(55)	(104)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 21)	-	(2.162.364)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(66.466)	-	-
Varição monetária – empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(142.579)	(35.978)	-	-
Varição monetária – Concessão Onerosa	(7.054)	(1.782)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 23)	(34.148)	(21.749)	(1.680)	(1.070)
Perdas com instrumentos financeiros (nota 30)	(612.765)	-	-	-
Varição monetária de arrendamento (nota 18)	(12.479)	(13.737)	(124)	(153)
Outras	(43.041)	(22.593)	(245)	(3)
	(1.454.004)	(2.914.876)	(2.802)	(2.272)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(786.692)	(762.063)	1.036	13.121

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	61.208	21.424	20.312	749
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	123.038	84.751	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	24.254	-	-	-
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 21)	1.044.160	-	-	-
Variação monetária	7.394	5.079	630	1
Variação monetária – CVA (nota 13)	6.927	14.045	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	4.437	37.682	93	4.476
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(33.465)	(7.018)	(23.728)	(1.582)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 30)	-	486.720	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (2)	24.911	12.243	1.250	1.580
Outras	25.561	15.152	2.031	869
	1.288.425	670.078	588	6.093
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(263.305)	(271.806)	(432)	(400)
Amortização do custo de transação (nota 21)	(8.469)	(3.556)	-	(53)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 21)	-	(405.828)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	-	(32.457)	-	-
Variação monetária – empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 21)	(58.405)	32.467	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(3.161)	(1.091)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(15.772)	(4.416)	(776)	(217)
Perdas com instrumentos financeiros	(425.417)	-	-	-
Variação monetária de arrendamento	(6.147)	(6.738)	(61)	(74)
Outras	(29.221)	(11.970)	282	-
	(809.897)	(705.395)	(987)	(744)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	478.528	(35.317)	(399)	5.349

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	300.785	334.824	-	-	45.711	70.851	-	-
Não circulante								
Contas a receber - AFAC (2)	13.366	11.614	-	-	1.752	5.056	-	-
Coligada (3)								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	8.231	2.173	126.780	92.054	49.776	13.014	(770.996)	(548.860)
Controlada em conjunto (3)								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	16.232	14.297	23.173	19.872	(93.277)	(82.633)
Prestação de serviços (5)	496	323	-	-	2.692	2.420	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	19.930	114.430	-	-	-	-	-	-
Contingência (6)	-	-	50.388	41.376	-	-	(9.012)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	946	922	-	-	(4.351)	(4.172)
Prestação de Serviços (5)	211	211	-	-	82	559	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	10.835	-	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	130	130	34.032	25.154	13.895	13.859	(162.589)	(108.885)
Adiantamento de entrega futura de energia (7)	-	-	-	-	-	-	-	(19.931)
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	2.823	1.646	-	-	(15.026)	(11.599)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	3.036	2.728	-	-	(18.315)	(11.599)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.313	2.680	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	599	144	2.912	2.519	(3.062)	(2.103)
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.929	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	-	909	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	4.020	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Não circulante								
Mútuo partes relacionadas (8)	-	-	-	-	-	(803)	-	(37.361)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	7.988	8.128	123	-	(55.073)	(45.323)
Prestação de serviços (5)	198	289	-	-	567	295	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	5	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Itaacara								
Circulante								
Ajuste para perdas (9)	-	-	29.297	29.615	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (10)	-	-	-	3.782	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.305.286	171.373	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	3.462.339	3.355.688	-	-	45.289	15.794	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	859.014	754.555	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (11)	-	-	169.321	158.671	-	-	(100.266)	(102.892)
Contribuições para suplementação de Aposentadoria - plano de contribuição definitiva (12)	-	-	-	-	-	-	(38.215)	(36.285)
Custeio administrativo (13)	-	-	-	-	-	-	(15.565)	(14.855)
Arrendamento operacional (14)	157.585	166.926	21.750	21.754	-	-	(2.493)	(885)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (11)	-	-	2.726.353	2.749.824	-	-	-	-
Arrendamento operacional (14)	-	-	149.752	156.207	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (15)	-	-	168.091	154.152	-	-	(128.579)	(120.392)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (15)	-	-	3.262.954	3.229.265	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar será de, aproximadamente, R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 30 de junho de 2021, três parcelas foram compensadas;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Entretanto, o Governo do Estado de Minas Gerais questiona a celebração do TARD, por entender que foi firmado sem observância dos requisitos legais para validade dos atos administrativos e notifica a Companhia para que restitua as duas parcelas quitadas, assim como os valores dos dividendos retidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 10;
- Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (vide nota explicativa nº 15);
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizado pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$141 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$50 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregou a energia contratada à Cemig até 31/12/2020;
- Em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020 foram celebrados contratos de mútuo pós-concursal, denominados "DIP", "DIP 2" e "DIP 3", entre a Companhia e a investida Renova Energia S.A, que está em recuperação judicial, nos montantes de R\$10 milhões, R\$6,5 milhões e R\$20 milhões, respectivamente. Os contratos preveem juros correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI acrescidos de sobretaxa ao ano, pro rata die (base 252 dias úteis), de 1,083% para o contrato "DIP", 2,5% para o contrato "DIP 2" e 1,5% para o contrato "DIP 3" até a data do respectivo pagamento integral. A Companhia reconheceu a perda no valor recuperável desses créditos a receber da Renova no montante total do empréstimo concedido, de R\$37.361, no segundo trimestre de 2020. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 15 (c);
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 15);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 23);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig Sim e Gasmig para o Edifício Júlio Soares, com a consequente redução do custo com aluguel para a Companhia;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 23).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Cemig GT	-	-	479.093	891.998
Cemig D	-	-	221.463	309.434
Gasmig	-	-	115.756	-
Centroeste	-	-	11.038	-
Light	71.206	71.206	71.206	71.206
Taesá	5	-	5	-
Aliança Geração	19.930	114.430	-	-
Outras (1)	20.154	2.691	1.024	240
	111.295	188.327	899.585	1.272.878

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis intermediárias, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2021	Vencimento
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.570.811	2042
Norte Energia (NESA) /Light (1)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (2)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	466.041	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.054.411	2034
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Debêntures	70.234	2030
				4.845.112	

(1) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 30 de junho de 2021, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 98,23%, em 30 de junho de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Remuneração	13.448	12.449
Participação nos resultados	942	2.672
Previdência privada	1.062	512
Planos de saúde e odontológico	101	66
Total	15.553	15.699

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	1.147.085	1.147.085	1.213.875	1.213.875
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.421.013	4.421.013	4.534.044	4.534.044
Fundos vinculados	2	75.016	75.016	63.674	63.674
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	13.366	13.366	11.614	11.614
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	824.624	824.624	132.681	132.681
Reembolso de subsídios tarifários	2	85.846	85.846	88.349	88.349
Subvenção baixa renda	2	42.730	42.730	43.072	43.072
Depósitos vinculados a litígios	2	1.111.042	1.111.042	1.055.797	1.055.797
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.658.162	2.658.162	2.549.198	2.549.198
		10.378.884	10.378.884	9.692.304	9.692.304
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		2.610.783	2.610.783	1.587.337	1.587.337
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	99.115	99.115	545.366	545.366
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	1.379.682	1.379.682	730.806	730.806
Letras financeiras – Bancos	2	1.710.597	1.710.597	1.635.016	1.635.016
		5.800.177	5.800.177	4.498.525	4.498.525
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)					
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	1.349.736	1.349.736	2.948.930	2.948.930
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	616.239	616.239	559.241	559.241
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		8.586.027	8.586.027	8.825.885	8.825.885
		18.964.911	18.964.911	18.518.189	18.518.189
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(13.318.988)	(13.318.988)	(15.020.558)	(15.020.558)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(429.752)	(429.752)	(472.559)	(472.559)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(540.074)	(540.074)	(540.142)	(540.142)
Concessões a pagar	3	(26.463)	(26.463)	(23.476)	(23.476)
Fornecedores	2	(2.381.696)	(2.381.696)	(2.358.320)	(2.358.320)
Operações de arrendamento mercantil	2	(204.964)	(204.964)	(226.503)	(226.503)
Passivos financeiros setoriais	2	(138.808)	(138.808)	(231.322)	(231.322)
		(17.040.745)	(17.040.745)	(18.872.880)	(18.872.880)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(59.032)	(59.032)	-	-
Opções de venda (SAAG)	3	(549.513)	(549.513)	(536.155)	(536.155)
		(608.545)	(608.545)	(536.155)	(536.155)
		(17.649.290)	(17.649.290)	(19.409.035)	(19.409.035)

(1) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 13.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da Ativas e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 131,87% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,20%, CDI + 0,36% a CDI + 2,12%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o saldo em aberto das opções da Companhia são como segue:

Consolidado	30/06/2021	31/12/2020
Opções de venda – SAAG	549.513	536.155
Opções de venda – Ativas e Sonda	(3.673)	(2.987)
	545.840	533.168

Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$549.513, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos, e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	13.358
Saldo em 30 de junho de 2021	549.513

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Opções de vendas Ativas e Sonda

A Cemig (como sucessora da Cemig Telecom) e a Sonda Procwork Outsourcing Informática são signatárias do Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por Cemig Telecom) e Venda (emitida por Sonda), por meio do qual a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra) relativa às ações da coligada Ativas Datacenter S.A. (“Ativas”). O preço de exercício da opção de venda e da opção de compra é equivalente a 15 (quinze) vezes e 17 (dezesete) vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício, respectivamente. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detidas pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2021, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

A data base da avaliação é 30 de junho de 2021, mesma data de fechamento das informações contábeis intermediárias da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício entre 1º de janeiro de 2022 até 31 de março de 2022, sendo essa a próxima oportunidade para exercício da opção, assim se repetindo nos anos subsequentes, no mesmo período, uma vez que a opção confere à Cemig o direito de exigir a compra, pela Sonda, de sua participação na Ativas, a partir de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 2021, a Cemig GT iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Cemig GT, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até US\$500 milhões.

No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (*Non Deliverable Forward*), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, que é 03 de agosto de 2021. Para mais informações sobre a Tender Offer, ver nota explicativa nº 21.

Em 07 de junho de 2021 aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado positivo de R\$271.053 e entrada líquida de caixa de R\$230.395 para a Cemig GT. O valor total de realização do hedge no período, até 30 de junho de 2021, incluindo a liquidação parcial dos instrumentos informada acima, foi de R\$1.045.462, com entrada líquida de caixa de R\$888.642.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					30/06/2021	31/12/2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	954.841	328.817
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	90.621	165.884
					<u>1.045.462</u>	<u>494.701</u>

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de junho de 2021, no montante de R\$612.765 (ajuste positivo de R\$1.800.960 em 30 de junho de 2020), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT. As contrapartes da NDF são os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 30/06/2021	Valor justo 30/06/2021	Valor conforme contrato 31/12/2020	Valor justo 31/12/2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	850.232	774.770	1.772.477	2.110.490
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	554.520	574.966	587.945	838.440
US\$ variação cambial acima de R\$5,0984 (3)	US\$ variação cambial abaixo de R\$5,0984	03/08/2021	Balcão	US\$600.000	(57.720)	(59.032)	-	-
					1.347.032	1.290.704	2.360.422	2.948.930
Ativo circulante						160.784		522.579
Ativo não circulante						1.188.952		2.426.351
Passivo circulante						(59.032)		-

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Cemig GT desmontou um total de US\$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$ 5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).
- (3) A Cemig GT contratou US\$600 milhões de contratos de NDF (*non deliverable forward*) a um dólar médio de R\$ 5,0984.

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2021 foi de R\$1.290.704 (R\$2.948.930 em 31 de dezembro de 2020), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de junho de 2021, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$1.404.752 em 30 de junho de 2021 (R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de junho de 2022, seria afetado positivamente pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$56.124. O valor justo do instrumento financeiro será de R\$1.405.860, sendo R\$1.061.366 referente à opção (call spread) e R\$344.494 referentes ao swap.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/06/2021	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	4.307.796	4.154.733	3.700.008	3.269.043
Swap ponta passiva	(3.888.459)	(3.810.239)	(3.866.994)	(3.921.242)
Opção/Call Spread	930.399	1.061.366	631.569	200.789
NDF	(59.032)	-	-	-
Instrumento derivativo de hedge	1.290.704	1.405.860	464.583	(451.410)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento está descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2021		31/12/2020	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(1.511.336)	(7.560.003)	(1.513.592)	(7.865.684)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	(63.547)	(317.873)	(62.593)	(325.277)
	(1.574.883)	(7.877.876)	(1.576.185)	(8.190.961)
Passivo Líquido Exposto		(7.877.876)		(8.190.961)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2022 será uma valorização de 3,95% para o dólar norte-americano (R\$5,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,20	Cenário possível Dólar R\$6,50	Cenário remoto Dólar R\$7,80
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(7.560.003)	(7.858.945)	(9.823.681)	(11.788.418)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 19)	(317.873)	(330.443)	(413.053)	(495.664)
	(7.877.876)	(8.189.388)	(10.236.734)	(12.284.082)
Passivo líquido exposto	(7.877.876)	(8.189.388)	(10.236.734)	(12.284.082)
Efeito líquido da variação cambial		(311.512)	(2.358.858)	(4.406.206)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2021. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros líquida dos efeitos sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) – CDI	2.610.783	1.587.337
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	4.336.479	4.125.063
Fundos vinculados – CDI	75.016	63.674
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	824.624	132.681
	7.846.902	5.908.755
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.748.147)	(2.310.590)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(48.039)	(72.726)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(138.808)	(231.322)
	(1.934.994)	(2.614.638)
Ativo Líquido Exposto	5.911.908	3.294.117

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 7,00% e a taxa TJLP será de 4,72% em 30 de junho de 2022. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	30/06/2021	30/06/2022		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 7,00% TJLP 4,72%	Cenário possível Selic 5,25% TJLP 3,54%	Cenário remoto Selic 3,50% TJLP 2,36%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	2.610.783	2.793.538	2.747.849	2.702.160
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	4.336.479	4.640.033	4.564.144	4.488.256
Fundos vinculados	75.016	80.267	78.954	77.642
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 13)	824.624	882.348	867.917	853.486
	7.846.902	8.396.186	8.258.864	8.121.544
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 21)	(1.748.147)	(1.870.517)	(1.839.925)	(1.809.332)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 21)	(48.039)	(50.306)	(49.740)	(49.173)
Passivos financeiros setoriais (nota 13)	(138.808)	(145.360)	(143.722)	(142.084)
	(1.934.994)	(2.066.183)	(2.033.387)	(2.000.589)
Ativo exposto líquido	5.911.908	6.330.003	6.225.477	6.120.955
Efeito líquido da variação das taxas de juros		418.095	313.569	209.047

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2021, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio dos índices IPCA e IGP-M, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	616.239	559.241
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 10 e 29)	13.366	11.614
Bonificação de outorga – IPCA (nota 13)	2.658.162	2.549.198
	3.287.767	3.120.053
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.039.246)	(4.863.087)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(429.752)	(472.559)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(540.074)	(540.142)
	(5.009.072)	(5.875.788)
Passivo líquido	(1.721.305)	(2.755.735)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,27% e a taxa de IGPM será de 4,01% em 30 de junho de 2022, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta da inflação	30/06/2021	30/06/2022		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 4,27% IGPM 4,01%	Cenário possível (25%) IPCA 5,34% IGPM 5,01%	Cenário remoto (50%) IPCA 6,41% IGPM 6,02%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	616.239	642.465	649.036	655.609
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 10 e 29)	13.366	13.902	14.036	14.171
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 13)	2.658.162	2.771.666	2.800.108	2.828.550
	3.287.767	3.428.033	3.463.180	3.498.330
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 21)	(4.039.246)	(4.211.722)	(4.254.942)	(4.298.162)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 23)	(429.752)	(448.102)	(452.701)	(457.299)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	(540.074)	(563.135)	(568.914)	(574.693)
	(5.009.072)	(5.222.959)	(5.276.557)	(5.330.154)
Passivo líquido	(1.721.305)	(1.794.926)	(1.813.377)	(1.831.824)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(73.621)	(92.072)	(110.519)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	61.923	167.427	2.185.208	12.605.641	1.345.520	16.365.719
Concessões a pagar	299	590	2.694	12.640	15.892	32.115
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 23)	13.090	26.265	120.685	337.752	-	497.792
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	5.784	11.650	53.446	309.050	498.807	878.737
	81.096	205.932	2.362.033	13.265.083	1.860.219	17.774.363
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.966.650	413.471	1.575	-	-	2.381.696
	2.047.746	619.403	2.363.608	13.265.083	1.860.219	20.156.059

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	53.088	-	-	53.088
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	644	1.292	5.938	16.617	-	24.491
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 23)	285	573	2.630	15.205	24.541	43.234
	929	1.865	61.656	31.822	24.541	120.813
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.684	-	-	-	-	1.684
	2.613	1.865	61.656	31.822	24.541	122.497

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$779.994.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) ¹
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Entre 0% e 7%

¹ O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid 19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (b).

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 30 de junho de 2021.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Total do Passivo	33.993.246	36.605.732	1.832.649	2.589.817
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.661.596)	(1.680.397)	(897.665)	(422.647)
(-) Fundos vinculados	(75.016)	(63.674)	(412)	(349)
Passivo líquido	31.256.634	34.861.661	934.572	2.166.821
Total do patrimônio líquido	19.846.008	17.477.348	19.841.104	17.472.666
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,57	2,00	0,05	0,12

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro. A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos reportados refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

A partir do 1º trimestre de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia passou a avaliar individualmente o desempenho da comercialização de energia, utilizando informações sobre seus resultados que suportam a tomada de decisão em relação à alocação de recursos a esta atividade de negócio. A mudança na composição dos segmentos divulgáveis da Companhia decorre da sua crescente atuação no mercado de energia, para atendimento e manutenção de seus contratos, especialmente após a redução de sua geração própria, o que levou à definição de critérios de segregação para obtenção de informações relativas a lucros e prejuízos deste segmento, relevantes à Administração. O segmento de comercialização se caracteriza pela compra e venda de energia elétrica no mercado livre e regulado, bem como pelas atividades correlatas aos seus procedimentos comerciais e mercadológicos, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Adicionalmente, o resultado das coligadas e controladas em conjunto cuja gestão é de responsabilidade da Diretoria de Participações (CemigPar) passou a ser avaliado como um único segmento, que tem como atribuição a avaliação das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. A segregação desse segmento tem como principal objetivo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas por essas sociedades, para garantir a sustentabilidade e a maximização de seu retorno para a Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão e análise de desempenho vinculada à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar).

Assim, a partir do 1º trimestre de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 5 segmentos reportáveis, sendo:

Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.

Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.

Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos.

Distribuição: se refere à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, que compreende a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.

Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão vinculada à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar).

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

As informações por segmento na nova base de segmentação, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2021

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	1.461.450	441.332	2.833.770	9.463.013	1.264.718	15.464.283	(793.581)	(205.979)	14.464.723
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	(285.249)	(131)	(2.540.912)	(6.009.267)	(868.042)	(9.703.601)	793.581	176.403	(8.733.617)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(77.498)	(55.698)	(10.275)	(454.674)	(52.178)	(650.323)	-	-	(650.323)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(5.862)	(5.093)	(976)	(36.043)	(1.215)	(49.189)	-	-	(49.189)
Obrigações pós-emprego	(20.266)	(18.057)	(3.336)	(145.680)	(28.632)	(215.971)	-	-	(215.971)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(91.395)	(44.450)	(6.049)	(723.851)	(51.688)	(917.433)	-	29.576	(887.857)
Depreciação e amortização	(94.678)	(1.709)	(267)	(330.132)	(53.378)	(480.164)	-	-	(480.164)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(8.646)	(6.182)	(6.224)	(38.091)	(34.236)	(93.379)	-	-	(93.379)
Custos de construção da infraestrutura	-	(47.124)	-	(719.519)	(18.918)	(785.561)	-	-	(785.561)
Total do custo de operação	(298.345)	(178.313)	(27.127)	(2.447.990)	(240.245)	(3.192.020)	-	29.576	(3.162.444)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(583.594)	(178.444)	(2.568.039)	(8.457.257)	(1.108.287)	(12.895.621)	793.581	205.979	(11.896.061)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	217.063	-	-	-	217.063	-	-	217.063
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	909.601	-	-	-	-	909.601	-	-	909.601
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de equivalência patrimonial	20.410	-	-	-	131.069	151.479	-	-	151.479
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.807.867	479.951	265.731	1.005.756	396.050	3.955.355	-	-	3.955.355
Resultado financeiro	(270.283)	(143.509)	6.547	10.458	(389.905)	(786.692)	-	-	(786.692)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.537.584	336.442	272.278	1.016.214	6.145	3.168.663	-	-	3.168.663
Imposto de renda e contribuição social	(437.272)	(100.231)	(45.378)	(276.422)	59.630	(799.673)	-	-	(799.673)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.100.312	236.211	226.900	739.792	65.775	2.368.990	-	-	2.368.990
Participação dos acionistas controladores	1.100.312	236.211	226.900	739.792	65.054	2.368.269	-	-	2.368.269
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	721	721	-	-	721

- (1) As transações inter segmentos são integralmente do segmento de geração para comercialização, conforme explicado acima.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações);
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2020

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações/ Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão (reapresentado)	Comercialização (1)	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	3.042.212	295.952	-	7.555.731	802.901	11.696.796	-	(154.695)	11.542.101
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS									
Energia elétrica comprada para revenda	(1.785.145)	-	-	(3.822.279)	-	(5.607.424)	-	37.691	(5.569.733)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(98.288)	(95)	-	(638.051)	-	(736.434)	-	113.981	(622.453)
Gás comprado para revenda	-	-	-	-	(543.303)	(543.303)	-	-	(543.303)
Total	(1.883.433)	(95)	-	(4.460.330)	(543.303)	(6.887.161)	-	151.672	(6.735.489)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS									
Pessoal	(96.746)	(58.803)	-	(451.411)	(43.829)	(650.789)	-	-	(650.789)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(5.048)	(2.989)	-	(19.211)	(6.032)	(33.280)	-	-	(33.280)
Obrigações pós-emprego	(25.746)	(22.233)	-	(151.763)	(23.985)	(223.727)	-	-	(223.727)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(88.866)	(16.771)	-	(615.182)	(45.338)	(766.157)	-	3.023	(763.134)
Depreciação e amortização	(101.627)	(3.141)	-	(329.133)	(54.548)	(488.449)	-	-	(488.449)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(37.305)	(17.967)	-	(250.678)	(50.779)	(356.729)	-	-	(356.729)
Custos de construção de infraestrutura	-	(74.044)	-	(581.744)	(27.888)	(683.676)	-	-	(683.676)
Total do custo de operação	(355.338)	(195.948)	-	(2.399.122)	(252.399)	(3.202.807)	-	3.023	(3.199.784)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.238.771)	(196.043)	-	(6.859.452)	(795.702)	(10.089.968)	-	154.695	(9.935.273)
Valor justo de combinações de negócios	-	51.736	-	-	-	51.736	-	-	51.736
Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda	-	-	-	475.137	(609.160)	(134.023)	-	-	(134.023)
Resultado da RTP	-	479.703	-	-	-	479.703	-	-	479.703
Resultado de equivalência patrimonial	21.316	-	-	-	143.160	164.476	-	-	164.476
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	824.757	631.348	-	1.171.416	(458.801)	2.168.720	-	-	2.168.720
Resultado financeiro	(737.854)	(85.538)	-	24.655	36.674	(762.063)	-	-	(762.063)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	86.903	545.810	-	1.196.071	(422.127)	1.406.657	-	-	1.406.657
Imposto de renda e contribuição social	57.772	(157.602)	-	(241.544)	(51.766)	(393.140)	-	-	(393.140)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	144.675	388.208	-	954.527	(473.893)	1.013.517	-	-	1.013.517
Participação dos acionistas controladores	144.675	388.208	-	954.527	(474.350)	1.013.060	-	-	1.013.060
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	457	457	-	-	457

- (1) Os resultados do negócio de comercialização estão apresentados no segmento de geração, uma vez que no exercício de 2020 essa atividade era considerada como um elemento do negócio de geração, sendo impraticável a sua segregação utilizando as mesmas premissas da nova base de segmentação. Assim, para o semestre findo em 30 de junho de 2020 não apresentamos o segmento de comercialização e não existem transações inter segmentos.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, os efeitos da reapresentação dos saldos correspondentes em 30 de junho de 2020 se referem integralmente ao segmento de transmissão.

32. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2020, são conforme segue:

Balço patrimonial - Consolidado e controladora	30/06/2021	31/12/2020
Ativo mantido para venda – Investimento em coligada	-	1.258.111

Alienação da participação remanescente na Light em janeiro de 2021

Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia alienou a totalidade de suas ações detidas na Light, correspondentes a 68.621.264 ações ordinárias, no âmbito de uma oferta pública que compreendeu a distribuição primária de 68.621.264 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Light, e a distribuição secundária das ações da Companhia, com esforços restritos de colocação, ao preço de R\$20,00 por ação, totalizando R\$1.372.425.

Como resultado da alienação, em janeiro de 2021 foi reconhecido um ganho antes de tributos no montante de R\$108.550, considerando como custo o valor registrado do ativo mantido para venda na data da alienação. O custo fiscal do investimento foi ajustado para apuração dos tributos, em conformidade à legislação tributária, considerando o valor patrimonial do investimento, somado ao ágio e à mais valia pagos nas aquisições.

Controladora e consolidado	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	68.621.263
Preço de venda da ação em 22/01/2021	20,00
Valor total da venda	1.372.425
Despesas com venda (0,42%) (1)	(5.764)
Total do valor justo, líquido das despesas com vendas em 22/01/2021	1.366.661
Valor do ativo mantido para venda em 31/12/2020	(1.258.111)
Ganho na alienação de ativo mantido para a venda	108.550
IRPJ e CSLL	(36.907)
Resultado após ajuste de tributos	71.643

(1) As despesas com a venda do investimento incluem os custos com assessoria financeira, contábil e jurídica.

33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$12.872 no período findo em 30 de junho de 2021 (R\$22.515 em 30 de junho de 2020);
- aquisição do controle da Centroeste no primeiro trimestre de 2020, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo caixa proveniente da combinação de negócios, no montante de R\$27.110, e do pagamento de R\$44.775;
- Adições nos arrendamentos no montante de R\$9.723 em 30 de junho de 2021.

34. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apurará os atos da gestão da Companhia. A CPI tem poderes para, em 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, realizar as investigações sobre os fatos que fundamentaram o requerimento de instauração da Comissão.

Através de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente aos investimentos e desinvestimentos em participações societárias, gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que estão sendo atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

A Companhia reafirmou o compromisso de prestar todas as informações necessárias ao pleno entendimento e esclarecimentos das suas decisões de gestão.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo de alienação de participação da Cemig na Taesa

Em 07 de julho de 2021 a Companhia recebeu notificação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) para apresentar toda a documentação relativa ao procedimento de alienação da participação da Cemig na Taesa.

O TCE-MG não deferiu o pedido de liminar formulado por alguns deputados estaduais para suspensão do processo de venda da Taesa, mas, naquela data, recomendou que a Cemig se abstinhasse de realizar qualquer ato concernente à alienação das ações da Taesa até que a Unidade Técnica do TCE-MG pudesse analisar toda a documentação requerida. Tal recomendação foi revogada pelo TCE-MG em 26 de julho de 2021, bem como indeferido o referido pedido de liminar, sendo solicitada por este Tribunal a disponibilização de documentos adicionais para continuidade da análise técnica.

A Companhia reafirma que o processo competitivo de venda em estudo observa as normas legais, regulamentares e da B3 para a realização do leilão especial, ressaltando que o processo de alienação conta com a assessoria de instituição financeira especializada e tem se pautado pela observância das melhores práticas de governança para operações da espécie.

Celebração de contrato para aquisição da totalidade das ações da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

Em 27 de julho de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e vendas para aquisição da totalidade das ações da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A (SLTE) detidas pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A e Cobra Instalaciones Y Servicios S.A..

O preço de aquisição é de R\$41.367 na data-base de dezembro de 2020, e está sujeito aos mecanismos de ajuste de preço estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA).

A SLTE tem a concessão obtida no Leilão de Transmissão Aneel 008/2010, Lote H, para a construção e operação da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais. O contrato de concessão tem vigência até junho de 2041. A subestação Sete Lagoas 4 entrou em operação em junho de 2014 e acessa a Rede Básica por meio do seccionamento da Linha de Transmissão (LT) Neves 1 - Três Marias (345 kV), pertencente à Cemig GT que já opera os respectivos terminais nessa subestação.

O fechamento da Transação está vinculado ao cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no CCVA e que são comumente aplicáveis neste tipo de operação, incluindo, entre outras: (i) aprovação da ANEEL; (ii) aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; e (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Essa Transação reforça a estratégia da Companhia de crescimento com geração de valor, foco no core business e em Minas Gerais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do Período

A Cemig apresentou, no período de janeiro a junho de 2021, um lucro líquido de R\$2.368.990 em comparação a um lucro líquido de R\$1.013.517 (reapresentado) no mesmo período de 2020. A variação positiva do resultado da Companhia é devida, basicamente, ao reconhecimento em 2021 dos ganhos com a repactuação do risco hidrológico, à alienação de ativos mantidos para venda (Light) e ao aumento da margem bruta no primeiro semestre de 2021. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

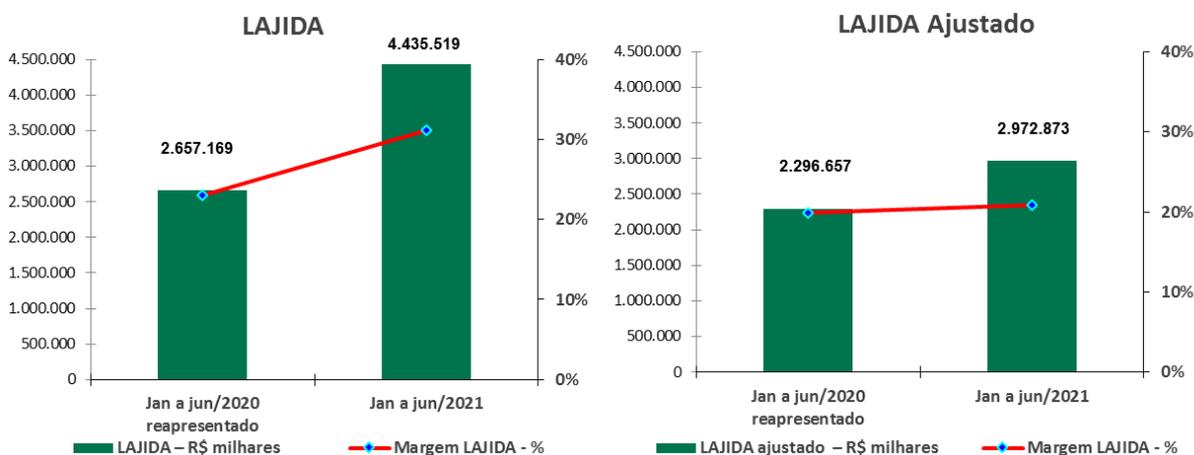
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 29,44% no período de janeiro a junho de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a margem do LAJIDA ajustado passou de 19,90% para 20,55%. O LAJIDA consolidado, apresentou um aumento de 66,93% no período de janeiro a junho de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, enquanto a sua margem passou de 23,02% no período de janeiro a junho de 2020 para 30,66% no mesmo período de 2021.

LAJIDA - R\$ mil	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020 (reapresentado)	Var %
Resultado do período	2.368.990	1.013.517	133,74
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	799.673	393.140	103,41
+ Resultado financeiro	786.692	762.063	3,23
+ Depreciação e amortização	480.164	488.449	(1,70)
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	4.435.519	2.657.169	66,93
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(721)	(457)	57,77
+ Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda (nota 32)	-	134.023	-
+ Resultado da RTP, líquido	(217.063)	(479.703)	(54,75)
+ Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido (nota 32)	(108.550)	-	-
+ Reversão de provisões tributárias	(78.361)	-	-
+ Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Renova	-	37.361	-
+ Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	(909.601)	-	-
+ Antecipação pela prestação de serviço, líquido *	(148.350)	-	-
+ Resultado da combinação de negócios (nota 15)	-	(51.736)	-
Lajida ajustado (2)	2.972.873	2.296.657	29,44

* O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de Pis/Pasep e Cofins.

- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.



O aumento do LAJIDA ajustado no período de janeiro a junho de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, deve-se principalmente, ao aumento na receita líquida de 25,32%, parcialmente compensada pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 20,84%. A variação no LAJIDA calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012 decorre, principalmente, do registro dos ganhos com a repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$909.601, conforme tabela acima.

Os principais itens que afetaram as receitas no período são conforme segue:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$13.789.570 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação a R\$12.687.452 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 8,69%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$12.477.077 no período de janeiro a junho de 2021 comparado a R\$11.083.458 no mesmo período de 2020, representando um acréscimo de 12,57%.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a junho de 2021, comparativamente as do mesmo período de 2020.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Jun/2021			Jan a Jun/2020			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	5.641.592	5.280.570	936,01	5.442.910	4.866.632	894,12	3,65	8,51
Industrial	7.859.762	2.479.825	315,51	6.326.923	1.981.349	313,16	24,23	25,16
Comércio, serviços e outros	4.098.721	2.584.188	630,49	4.472.574	2.577.247	576,23	(8,36)	0,27
Rural	1.919.300	1.164.034	606,49	1.671.380	984.629	589,11	14,83	18,22
Poder público	358.362	265.367	740,50	386.015	279.249	723,41	(7,16)	(4,97)
Iluminação pública	670.035	361.053	538,86	664.656	295.455	444,52	0,81	22,20
Serviço público	699.867	391.974	560,07	675.124	356.523	528,09	3,66	9,94
Subtotal	21.247.639	12.527.011	589,57	19.639.582	11.341.084	577,46	8,19	10,46
Consumo Próprio	16.832	-	-	17.376	-	-	(3,13)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(49.934)	-	-	(257.626)	-	-	(80,62)
	21.264.471	12.477.077	586,76	19.656.958	11.083.458	563,84	8,18	12,57
Suprimento a outras concessionárias (3)	5.328.247	1.404.260	263,55	6.626.096	1.588.364	239,71	(19,59)	(11,59)
Suprimento não faturado líquido	-	(91.767)	-	-	15.630	-	-	-
Total	26.592.718	13.789.570	518,55	26.283.054	12.687.452	482,72	1,18	8,69

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocasionaram o aumento de 1,18% na quantidade de energia vendida foram:

- aumento de 24,23% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função de novos contratos de venda de energia para clientes livres, com início de fornecimento em janeiro de 2021;
- aumento de 3,65% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe residencial no primeiro semestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020 devido, principalmente, ao aumento de 2,7% no número de consumidores;
- aumento de 14,83% na quantidade de energia vendida para o segmento rural devido, principalmente, ao aumento de 44% no consumo do segmento de irrigação, responsável por 38% do consumo dessa classe, em reflexo ao menor volume de chuvas no período atual;
- redução de 8,36% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe comercial, em função, principalmente, da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofre os impactos da pandemia Covid-19.
- Variação positiva de 7,42% no preço médio da energia de janeiro a junho de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reajuste dos contratos de venda de energia no ACR, em média, de 3,26%, além do aumento no incremento de bandeiras nas tarifas da Cemig D. O incremento no preço médio de energia no mercado livre decorre das vendas a comercializadoras a prazos menores, no período de janeiro a junho de 2020, considerando preços de mercado mais baixos, vigentes no período.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a junho de 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.657.608, comparada a R\$1.399.108 no mesmo período de 2020, o que representou aumento de 18,48%.

Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, com efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, aplicável a partir de 30 de junho de 2020. Esse efeito passou a ser de 5,74% para os consumidores livres a partir do recálculo do reajuste tarifário em 19 de agosto de 2020.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 15,27% da energia transportada no período findo em 30 de junho de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, tanto pelo aumento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021 devido à recuperação da economia, conforme abaixo:

	MWh		
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Var %
Industrial	10.101.082	8.750.291	15,44
Comercial	722.967	608.096	18,89
Rural	20.347	14.274	42,55
Serviço Público	1.551	-	-
Concessionárias	124.337	144.465	(13,93)
Total de energia transportada	10.970.284	9.517.126	15,27

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

No período de janeiro a junho de 2021 foi reconhecida uma receita no montante de R\$792.651, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$81.652 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no primeiro semestre de 2021, comparado ao mesmo período do exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão. Adicionalmente, a realização dos valores homologados no ciclo tarifário atual foi menor que no ciclo anterior.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$164.198 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$137.312 no mesmo período de 2020 (reapresentado), um aumento de 19,58%;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$62.133 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$104.056 no mesmo período de 2020 (reapresentado), uma redução de 40,29%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços; e
- Por outro lado, houve aumento de 157,80% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$297.122 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$115.252 (reapresentado) no mesmo período de 2020, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados aos contratos, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020 e 30 de dezembro de 2020.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$108.088 no período de janeiro a junho de 2021 comparada a R\$31.598 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 242,07%. Esse aumento se deve à sobra de energia no primeiro semestre de 2021, em comparação às posições observadas no primeiro semestre de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da Cemig GT na CCEE em diversos meses.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 52,65% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$201,01/MWh no período de janeiro a junho de 2021 comparado a R\$131,68/MWh para o mesmo período de 2020, em função do cenário de escassez hídrica.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.543.629 no período de janeiro a junho de 2021 comparada a R\$962.887 no mesmo período de 2020, um acréscimo de 60,31%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 56,41% no volume de gás vendido, sendo de 677.702 m³ no período de janeiro a junho de 2021, comparado a 433.273 m³ no mesmo período de 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 279,34%.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição foram de R\$738.437 no período de janeiro a junho de 2021 comparadas a R\$609.632 no mesmo período de 2020. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico “Receitas de Concessão de Transmissão”.

Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$153.970 decorrente de negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$849.766 no período de janeiro a junho de 2021 em comparação a R\$886.612 no mesmo período de 2020, uma redução de 4,16%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 27.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$6.341.886 no período de janeiro a junho de 2021 comparados a R\$5.694.614 (reapresentado) no mesmo período de 2020, representando um aumento de 11,37%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.324.598 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$1.217.865 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 8,76%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo aumento da demanda contratada e pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$11.896.061 no período de janeiro a junho de 2021 comparados a R\$9.935.273 (reapresentado) no mesmo período de 2020, um aumento de 19,74%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$650.323 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$650.789 no mesmo período de 2020, representando uma redução de 0,07%.

Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- redução de 3,27% no número médio de empregados, sendo 5.288 no primeiro semestre de 2021 em comparação a 5.467 no mesmo período de 2020;
- menor custos e despesas com o programa de desligamento voluntário no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$35.238, comparados ao montante de R\$58.850 no mesmo período de 2020; e

- reajuste salarial de 4,77% a partir de novembro de 2020, em função de Acordo Coletivo.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$687.075 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$601.690 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 14,19%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 94,64% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$48.527 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$24.932 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança realizados em 2021;
- aumento de 46,21% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$49.612 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$33.933 no mesmo período de 2020;
- aumento de 136,25% nas despesas com corte e religação, sendo R\$36.094 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$15.278 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após o reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$6.417.348 no período de janeiro a junho de 2021 comparada a R\$5.569.733 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 15,22%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 37,75% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$2.159.787 no período de janeiro a junho de 2021 comparado a R\$1.567.953 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da elevação no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- redução de 42,62% nas despesas com compra de energia de curto prazo, que foram de R\$363.246 no primeiro semestre de 2021 em comparação a R\$633.003 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre, principalmente, do menor impacto dos contratos de disponibilidade, devido ao despacho das usinas térmicas. Adicionalmente, houve redução das compras de energia de curto prazo pela Cemig GT no 1º semestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão, principalmente, da realização de vendas bilaterais de curto prazo em 2020, que aumentaram a sua exposição no mercado de curto prazo;

- aumento de 61,31% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$528.781 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$327.796 no mesmo período de 2020. Esse crescimento decorre do aumento do número de instalações geradoras (86.377 em junho de 2021, comparada a 49.339 em junho de 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (864.599 MWh no período de janeiro a junho de 2021, comparado a 426.761 MWh no mesmo período de 2020).

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Encargos de uso da rede de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$1.448.227 no período de janeiro a junho de 2021, comparados a R\$622.453 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 132,66%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada é justificada, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos. Adicionalmente, houve maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito para segurança energética do sistema no primeiro semestre de 2021, e, conseqüentemente, o seu custo elevado aumentou o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica, de R\$5.630 no primeiro semestre de 2020 para R\$424.968 no mesmo período de 2021.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$93.379 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$356.729 no mesmo período de 2020, uma redução de 73,82%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Decréscimo de 80,40% nas perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos, que foram de R\$42.168 em 30 de junho de 2021 e R\$215.100, no mesmo período de 2020, justificada, principalmente, pelo efeito positivo observado a partir de março de 2021, decorrente do aprimoramento das regras de provisionamento em curso, que visam assimilar as boas práticas adotadas pelo mercado no setor de energia elétrica, somado à eficácia do plano de mitigação da inadimplência, com a intensificação das ferramentas de cobrança, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento;
- Constituição, no período de janeiro a junho de 2020, das perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas, referentes aos créditos detidos contra a Renova, no montante de R\$37.361;
- variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou reversão líquida de R\$18.974 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação à constituição de R\$24.439 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 24.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$785.561 no período de janeiro a junho de 2021 comparados a R\$683.676 no mesmo período de 2020, um aumento de 14,90%. Essa variação deveu-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos em distribuição em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No período de janeiro a junho de 2021 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$868.042 comparada a uma despesa de R\$543.303 no mesmo período de 2020, representando um acréscimo de 59,77%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 56,41% no volume de gás vendido, sendo de 677.702 m³ no período de janeiro a junho de 2021, comparado a 433.273 m³ no mesmo período de 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 279,34%.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas no período de janeiro a junho de 2021, de R\$151.479, em comparação ao resultado positivo de R\$164.476, reconhecido no mesmo período de 2020, representando uma redução de 7,90%. Esta variação negativa decorre, principalmente, do aumento de 271,86% no prejuízo reconhecido para a investida Madeira, parcialmente compensado pelo aumento de 62,93% no resultado da investida Taesa.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no período de janeiro a junho de 2021 foi uma despesa líquida de R\$786.692, representando uma redução de 3,23% em relação ao mesmo período de 2020, no qual se apurou uma despesa líquida de R\$762.063. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação negativa do dólar no primeiro semestre de 2021, de 3,74%, em comparação à variação positiva de 35,86% no mesmo período de 2020, gerando o registro de receitas no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$291.750, e despesas no mesmo período de 2020, de R\$2.167.950;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$612.765, em comparação ao reconhecimento de ganho no mesmo período de 2020, no montante de R\$1.800.960. Em 30 de junho de 2021, a variação do valor justo do instrumento de hedge decorre da depreciação da curva futura do dólar e da elevação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a junho de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$799.673 em relação ao lucro de R\$3.168.663 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 25,24%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2020, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$393.140 (reapresentado) em relação ao lucro de R\$1.406.657 (reapresentado), antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 27,95%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c).

Resultado do trimestre

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2021, um lucro líquido de R\$1.946.639 em comparação a um lucro líquido de R\$1.081.650 (reapresentado) no mesmo período de 2020. A variação positiva do resultado da Companhia é devida, basicamente, ao reconhecimento do registro dos ganhos com a repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$909.601. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

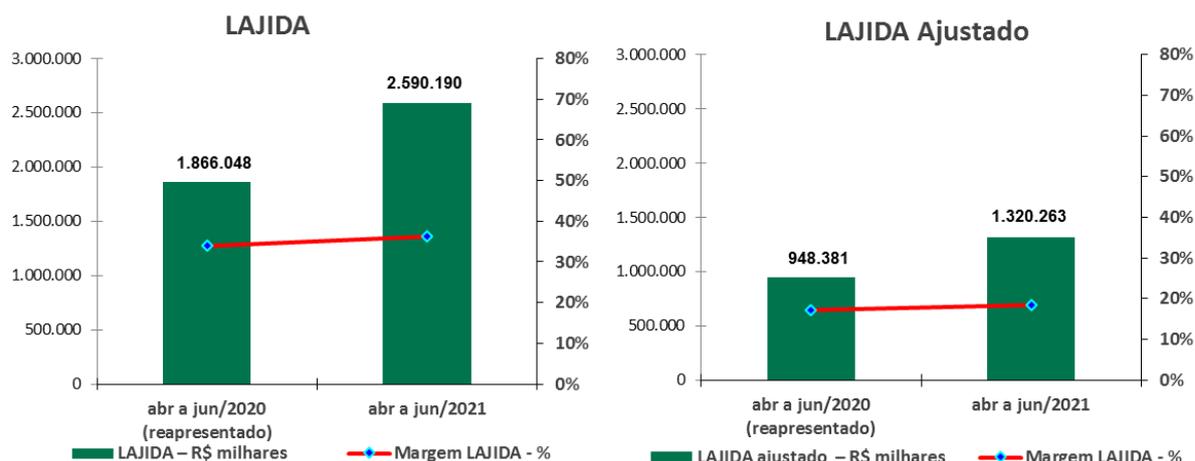
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 39,21% no segundo trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a margem do LAJIDA ajustado passou de 17,24% para 17,95%. O LAJIDA consolidado, apresentou um aumento de 38,81% no segundo trimestre de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, enquanto a sua margem passou de 33,93% no segundo trimestre de 2020 para 35,22% no mesmo período de 2021.

LAJIDA - R\$ mil	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020 (reapresentado)	Var %
Resultado do período	1.946.639	1.081.650	79,97
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	880.346	503.384	74,89
+ Resultado financeiro	(478.528)	35.317	-
+ Depreciação e amortização	241.733	245.697	(1,61)
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	2.590.190	1.866.048	38,81
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(402)	(188)	113,83
+ Redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda (nota 32)	-	(475.137)	-
+ Resultado da RTP, líquido	(211.247)	(479.703)	(55,96)
+ Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	(909.601)	-	-
+ Antecipação pela prestação de serviço, líquido *	(148.350)	-	-
+ Reversão de provisões tributárias	(327)	-	-
+ Provisão para crédito de liquidação duvidosa – Renova	-	37.361	-
Lajida ajustado (2)	1.320.263	948.381	39,21

* O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para a empresa White Martins, líquido de Pis/Pasep e Cofins.

- (1) LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.



O aumento do LAJIDA ajustado no período de abril a junho de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, deve-se principalmente, ao aumento na receita líquida de 33,71%, parcialmente compensada pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 26,67%. A variação no LAJIDA calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012 decorre, principalmente, dos efeitos positivos sobre as receitas no 2º trimestre de 2021, além do reconhecimento da compensação pelos custos decorrentes do risco hidrológico, de R\$909.601.

Os principais itens que afetaram as receitas no período são conforme segue:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.837.733 no segundo trimestre de 2021 em comparação a R\$5.920.014 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 15,50%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$6.257.790 no segundo trimestre de 2021 comparado a R\$5.332.353 no mesmo período de 2020, representando um acréscimo de 17,36%.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2021, comparativamente as do mesmo período de 2020.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun/2021			Abr a Jun/2020			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.766.585	2.620.985	947,37	2.657.910	2.307.578	868,19	4,09	13,58
Industrial	4.058.047	1.269.674	312,88	2.982.979	934.197	313,18	36,04	35,91
Comércio, serviços e outros	1.992.781	1.263.457	634,02	2.028.857	1.136.848	560,34	(1,78)	11,14
Rural	1.074.926	629.219	585,36	896.375	511.810	570,98	19,92	22,94
Poder público	171.645	128.263	747,26	169.009	121.381	718,19	1,56	5,67
Iluminação pública	314.679	149.098	473,81	325.162	142.679	438,79	(3,22)	4,50
Serviço público	352.752	197.094	558,73	339.650	177.860	523,66	3,86	10,81
Subtotal	10.731.415	6.257.790	583,13	9.399.942	5.332.353	567,28	14,16	17,36
Consumo Próprio	8.272	-	-	7.970	-	-	3,79	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(55.728)	-	-	(104.793)	-	-	(46,82)
	10.739.687	6.202.062	577,49	9.407.912	5.227.560	555,66	14,16	18,64
Suprimento a outras concessionárias (3)	2.612.137	653.719	250,26	3.401.541	726.004	213,43	(23,21)	(9,96)
Suprimento não faturado líquido	-	(18.048)	-	-	(33.550)	-	-	(46,21)
Total	13.351.824	6.837.733	517,65	12.809.453	5.920.014	472,96	4,23	15,50

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

As principais variações que ocasionaram no aumento de 4,23% na quantidade de energia vendida foram:

- aumento de 36,04% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, principalmente em função de novos contratos de venda de energia para clientes livres, com início de fornecimento em janeiro de 2021;
- redução de 1,78% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe comercial, associada aos impactos da pandemia sobre a atividade econômica, com reflexo no consumo de energia. No mercado cativo, a redução reflete a expressiva migração dos consumidores para a geração distribuída e para o mercado livre;
- aumento de 19,92% na quantidade de energia vendida para o segmento rural devido, principalmente, pelo aumento na consumo do segmento de irrigação, maior responsável pelo consumo dessa classe, como reflexo do menor volume de chuvas no segundo trimestre de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- redução de 23,21% no suprimento de energia a outras concessionárias, devido, principalmente, ao maior volume de vendas de curto prazo para comercializadoras nos primeiros meses de 2020, bem como da variação no volume contratado com comercializadoras de clientes;

- Variação positiva de 9,45% no preço médio da energia de abril a junho de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, em função, principalmente, do reajuste dos contratos de venda de energia no ACR, em média, de 3,32%, além do aumento do incremento de bandeiras na tarifa da Cemig D. O incremento no preço médio de energia no mercado livre decorre das vendas a comercializadoras a prazos menores, no período de abril a junho de 2020, considerando preços de mercado mais baixos, vigentes no período.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$820.873, comparada a R\$674.737 no mesmo período de 2020, o que representou aumento de 21,66%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 21,36% da energia transportada no segundo trimestre de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020.

	MWh		
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Var %
Industrial	5.118.220	4.230.152	20,99
Comercial	356.817	254.096	40,43
Rural	10.560	7.045	49,89
Serviço Público	900	-	-
Concessionárias	52.220	72.652	(28,12)
Total de energia transportada	5.538.717	4.563.945	21,36

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Nos segundos trimestres de 2021 e 2020, reconheceu-se receita com CVA e outros componentes financeiros nos montantes de R\$453.744, e R\$136.254, respectivamente. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no segundo trimestre de 2021, comparado ao mesmo período do exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão. Adicionalmente, a realização dos valores homologados no ciclo tarifário atual foi menor que no ciclo anterior.

Vide mais informações na nota explicativa nº 13.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$75.036 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$60.715 no mesmo período de 2020 (reapresentado), um aumento de 23,59%;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$39.682 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$42.815 no mesmo período de 2020 (reapresentado), uma redução de 7,32%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, em atendimento às alterações regulatórias, bem como a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços; e
- Por outro lado, houve aumento de 220,27% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$139.867 e R\$43.672 (reapresentado) no segundo trimestre de 2021 e 2020, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados aos contratos, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020 e 30 de dezembro de 2020.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 14.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$838.444 no segundo trimestre de 2021 comparada a R\$403.227 no mesmo período de 2020, um acréscimo de 107,93%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 85,72% no volume de gás vendido, sendo de 340.126 m³ no período de abril a junho de 2021, comparado a 183.137 m³ no mesmo período de 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 279,34%.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição foram de R\$409.128 no segundo trimestre de 2021 comparadas a R\$346.559 no mesmo período de 2020. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico “Receitas de Concessão de Transmissão”.

Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$153.970 decorrente de negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$436.904 no segundo trimestre de 2021 em comparação a R\$473.143 no mesmo período de 2020, uma redução de 7,66%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 26.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$3.218.609 no segundo trimestre de 2021 comparados a R\$2.682.530 (reapresentado) no mesmo período de 2020, representando um aumento de 19,98%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$649.729 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$608.155 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 6,84%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo aumento da demanda contratada e pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$6.159.165 no segundo trimestre de 2021 comparados a R\$4.917.140 (reapresentado) no mesmo período de 2020, um aumento de 25,26%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 27.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$342.869 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$339.183 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 1,09%.

Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- reajuste salarial de 4,77% a partir de novembro de 2020, em função de Acordo Coletivo; e
- reconhecimento, no segundo trimestre de 2021, dos custos e despesas com o programa de desligamento voluntário, no montante de R\$35.238, comparados ao montante de R\$58.850 no mesmo período de 2020.
- Redução de 4,18% no número médio de empregados no segundo trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$344.641 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$302.609 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 13,89%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 110,44% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$23.266 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$11.056 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança realizados em 2021;
- aumento de 31,54% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$25.205 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$19.161 no mesmo período de 2020;

- aumento de 396,10% nas despesas com corte e religação, sendo R\$20.087 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$4.049 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após o reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.309.234 no segundo trimestre de 2021 comparada a R\$2.755.238 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 20,11%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 38,53% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$1.036.952 no segundo trimestre de 2021 comparado a R\$748.514 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da elevação no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- aumento de 29,02% nas despesas com compra de energia de curto prazo, que foram de R\$323.914 no segundo trimestre de 2021 em comparação a R\$251.066 no mesmo período de 2020. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa variação decorre, principalmente, do aumento em 204,00% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$229,44/MWh no período de abril a junho de 2021 comparado a R\$75,47/MWh para o mesmo período de 2020.
- aumento de 77,40% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$273.757 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$154.314 no mesmo período de 2020. Essa variação é decorrente do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (445.944 MWh no segundo trimestre de 2021, comparado a 232.076 MWh no mesmo período de 2020).

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Encargos de uso da rede de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$701.915 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$257.441 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 172,65%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada é justificada, principalmente, pela redução no segundo trimestre de 2020 dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos. Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito para segurança energética do sistema no exercício de 2021, o custo elevado dessas térmicas fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica, de R\$5.630 no segundo trimestre de 2020 para R\$142.771 no mesmo período de 2021.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$69.175 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$197.613 no mesmo período de 2020, uma redução de 64,99%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- decréscimo nas perdas esperadas com créditos de devedores duvidosos, que foram representaram uma reversão de R\$985 no segundo trimestre de 2021 e perdas de R\$115.360, no mesmo período de 2020, justificada, principalmente, pelo efeito positivo do aprimoramento das regras de provisionamento em curso, que visam assimilar as boas práticas adotadas pelo mercado no setor de energia elétrica, somado à eficácia do plano de mitigação da inadimplência, com a intensificação das ferramentas de cobrança, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento;
- aumento das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$26.525 no segundo trimestre de 2021, em comparação a uma constituição de R\$1.988 no mesmo período de 2020. Para mais informações sobre os critérios e variáveis de cálculo dessas opções, ver nota explicativa nº 30b;
- aumento das provisões para contingências cíveis que representou uma constituição líquida de R\$12.684 no segundo trimestre de 2021 em comparação a uma constituição líquida de R\$6.379 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, principalmente, do provisionamento dos processos relativos à responsabilidade civil e relações de consumo.

Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 24.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$437.186 no segundo trimestre de 2021 comparados a R\$373.405 no mesmo período de 2020, um aumento de 17,08%. Essa variação deveu-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos em distribuição em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No segundo trimestre de 2021 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$480.517 comparada a uma despesa de R\$231.378 no mesmo período de 2020, representando um acréscimo de 107,68%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 85,72% no volume de gás vendido, sendo de 340.126 m³ no período de abril a junho de 2021, comparado a 183.137 m³ no mesmo período de 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 279,34%.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas no segundo trimestre de 2021, de R\$32.792, em comparação ao resultado positivo de R\$82.534, reconhecido no mesmo período de 2020, representando uma redução de 60,27%. Esta variação negativa decorre, principalmente, da redução nos resultados da investida Madeira, de 382,37%, parcialmente compensada pelo resultado positivo da investida Taesa, de 65,01%.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 15.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro no segundo trimestre de 2021 foi uma receita líquida de R\$478.528, em relação ao mesmo período de 2020, no qual se apurou uma despesa líquida de R\$35.317. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- desvalorização do dólar no segundo trimestre de 2021, de 12,20%, em comparação à variação positiva de 5,33% no mesmo período de 2020, gerando o reconhecimento de receitas de variação cambial da dívida em moeda estrangeira no montante de R\$1.042.650 e despesas de R\$415.950, respectivamente;
- variação negativa do valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados ao Eurobonds no segundo trimestre de 2021, contrapondo o efeito positivo de 2020. No segundo trimestre de 2021, a variação do valor justo do instrumento financeiro gerou uma despesa no montante de R\$425.417, em comparação à receita de R\$486.720 registrada no segundo trimestre de 2020. No segundo trimestre de 2021, a variação negativa do valor justo decorre da depreciação da curva futura do dólar e da elevação da curva futura de juros.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No segundo trimestre de 2021, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$880.346 em relação ao lucro de R\$2.826.985 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 31,14%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2020, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$503.384 (reapresentado) em relação ao lucro de R\$1.585.034 (reapresentado), antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 31,76%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(c).

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de junho de 2021, reuniu-se 13 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGE realizada em 31 de julho de 2020, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2022.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;

- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 (quatro) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das informações contábeis intermediárias;
- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A..

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

A composição da Diretoria Executiva será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2021, até o dia 30/06, foram realizadas 7 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:
 - a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,

b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos

Como processo integrante das práticas de governança corporativa da Cemig, a gestão de riscos corporativos tem como objetivo geral construir uma estrutura capaz de prover informações relevantes à Alta Administração para apoiar a tomada de decisão, criando e protegendo valor para a Companhia. O processo de gerenciamento de riscos permite administrar propriamente os riscos dos objetivos de negócios, permitindo influenciar e alinhar estratégia e performance em todas as áreas da empresa.

Desde 2016 a atividade de gestão de riscos corporativos está subordinada à Presidência. Ainda, em 2019, foi criada a Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos, unificando em uma mesma administração os processos de gestão de riscos corporativos e de controles internos. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a sinergia entre esses processos e a independência entre os demais, de forma a fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

Nesse sentido, foi aprovada, em 2019, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a Matriz de Riscos Corporativos – Top Risks e de Riscos de Compliance vigente para os exercícios de 2019/2020, abrangendo os negócios Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização, Geração Distribuída, Holding bem como riscos comuns aos negócios.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores da Companhia, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração.

Ainda em 2019, foi contratada consultoria especializada para apoiar a companhia na revisão da Matriz de Riscos e Controles Internos bem como o acompanhamento periódico de execução dos controles, suficiência, análise de falhas e apoio na elaboração e execução dos planos de remediação.

A Matriz de controles internos é revisada e aprovada anualmente e o desenho dos controles são testados e monitorados pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos. A Auditoria Interna, por sua vez, monitora de forma independente as práticas de controles internos por meio de testes sobre a efetividade da operação dos controles. A conclusão dessas avaliações é apresentada à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Os controles internos oferecem garantia razoável de que erros e fraudes que possam impactar o desempenho sejam identificados, combatidos e prevenidos, buscando:

- Eficácia e eficiência das operações.
- Confiabilidade dos relatórios financeiros e não financeiros.
- Conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Como parte da Matriz de Riscos e Controles Internos da Cemig, estão os controles vinculados à mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F. A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos, para o exercício findo, em 31 de dezembro de 2006, sendo arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig em 11 de maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>) visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. O documento foi atualizado em 2018 e em 2019 para cumprir as leis nº 12.486/2013 e nº 13.303/2016. Anualmente, a Companhia fornece treinamento sobre a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional a todos os empregados.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código de Ética da Cemig.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da Cemig.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

Política Anti-Fraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou de corrupção, em todas as suas formas. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Desse modo, em 2012, a Cemig consolidou sua Política Anti-fraude sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. A política ressalta o compromisso da Empresa com os princípios do Pacto Global referentes ao tema, principalmente o princípio de número dez, que trata do combate a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM
30/06/2021**

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	288.485.632	50,97	13.143	-	288.498.775	17,04
Outras Entidades do Estado	23.094	-	12.376.443	1,10	12.399.537	0,73
FIA Dinâmica Energia S/A	146.668.528	25,91	63.076.757	5,60	209.745.285	12,39
BNDES Participações	63.082.911	11,14	30.438.020	2,70	93.520.931	5,52
BlackRock	-	-	123.325.741	10,94	123.325.741	7,28
Outros	67.776.469	11,97	898.095.330	79,67	965.871.799	57,04
No País	49.011.847	8,66	175.451.693	15,56	224.463.540	13,26
No Exterior	18.764.622	3,32	722.643.637	64,10	741.408.259	43,78
Total	566.036.634	100,00	1.127.325.434	100,00	1.693.362.068	100,00

**POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2021**

	Janeiro a Junho/2021	
	ON	PN
Controlador	288.485.632	13.143
Conselho de Administração	-	81.252
Diretoria Executiva	11.498	9.291
Ações em tesouraria	79	650.817
Ações em circulação (<i>free float</i>)	277.539.425	1.126.570.931
TOTAL	566.036.634	1.127.325.434

Relações com Investidores

No ano de 2019, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos em abril de 2021, pelo 26º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia. Em 2021, o evento foi realizado na modalidade virtual, devido a pandemia da Covid-19.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social desde Assembleia Geral ocorrida após 11 de junho de 2018, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;

- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor de Distribuição

Maurício Dall’Agnese
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor de Geração e Transmissão

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG 77.839

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência dos efeitos no resultado do trimestre e do período de seis meses findos em 30 de junho de 2020, de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margens de construção, os valores correspondentes aos respectivos trimestre e semestre, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 25, em decorrência do aumento na quantidade de ações em função da capitalização de reservas, a Companhia ajustou o resultado por ação e as respectivas notas explicativas para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esses assuntos.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme descrito na nota explicativa 15 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo os Planos de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. - em recuperação judicial e de algumas de suas controladas, cujos efeitos contábeis foram registrados nas demonstrações financeiras da controlada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Ainda que os efeitos dos planos de recuperação judicial tenham sido aprovados e registrados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br



Belo Horizonte (MG), 16 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0